



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**  
**FACULDADE UnB PLANALTINA – FUP**  
**LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – LEdoC**

**A ESCOLA MUCICIPAL DO CAMPO**  
**JORGE CARLOS FERREIRA**

**VALQUIRIA GABRIEL DA COSTA**

**Planaltina – DF**

**2013**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**  
**FACULDADE UnB PLANALTINA – FUP**  
**LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – LEdoC**

**A ESCOLA MUCICIPAL DO CAMPO**  
**JORGE CARLOS FERREIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Faculdade UnB Planaltina, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo, com habilitação na Área de Ciências da Natureza e Matemática.

Orientador: Prof. Dr. João Batista Pereira de Queiroz

**Planaltina – DF**  
**2013**

## **A ESCOLA MUCICIPAL DO CAMPO**

### **JORGE CARLOS FERREIRA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LedoC, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção ao título de licenciada em Educação do Campo, com habilitação na área de CIEMA.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013

#### **Banca Examinadora:**

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. João Batista Pereira de Queiroz (UnB/FUP) – Orientador

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Mônica Molina Castagna (UnB/FUP) – Examinador

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliete Ávila Wolf (UnB/FUP) – Examinadora

Planaltina – DF  
2013

## **DEDICATÓRIA**

Neste grande momento do percurso da longa caminhada na busca pelo saber, encho o meu coração de fé e esperança, olhando sempre para o alto e segurando nas mãos de Deus por cada batalha vencida.

Por isso dedico ao Deus supremo pela força e coragem para chegar até aqui, aos familiares, amigos e ao professor orientador João Batista Queiroz que em todos os momentos de angústias e aflições me incentivou a prosseguir sem desanimar.

## AGRADECIMENTOS

A nossa vida é a maior dádiva que pode existir.

Para isso, muitas pessoas admiram e torcem por nós.

Pois lutar não é ter um céu sem tempestades, caminhos sem acidentes, trabalhos sem fadigas, relacionamentos sem decepções.

Não é apenas comemorar o sucesso, mas aprender lições nos fracassos.

Não é apenas ter júbilo nos aplausos, mas encontrar alegria no anonimato.

É reconhecer que vale a pena viver a vida, apesar de todos os desafios, incompreensões e períodos de crise.

É agradecer a cada manhã pelo milagre da vida.

É ter segurança para receber uma crítica, mesmo que injusta.

Usar as lágrimas para irrigar a tolerância.

Usar as perdas para refinar a paciência.

Usar as falhas para esculpir a serenidade.

Por esses motivos e outros, é que agradeço a Deus, família e amigos tiveram paciência e tolerância, nos compreendendo, acompanhando e ajudando a trilhar uma nova caminhada.

Meu companheiro Celito, meus filhos Josiane, Diego Henrique, Carla Caroline, William, e meus netos, Mariana e João Miguel.

Meus pais Amadeus e Maria Gabriel, e em memória meu pai João Evangelista.

Aos meus Irmãos que torceram muito para que desse tudo certo.

Ao Diretor, Coordenadora, Professores, Funcionários e Educandos da Escola Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira.

Agradeço aos Professores do curso da LedoC, principalmente ao meu orientador João Batista Queiroz.

Aos Professores da banca desde a da qualificação até a Monografia.

E aos meus amigos que trilharam nessa caminhada da turma Dandara.

A todos o meu muito obrigado!

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.

Paulo Freire

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.

Paulo Freire

Não há saber mais ou saber menos: Há saberes diferentes.

Paulo Freire

## **Lista de Abreviaturas**

CIEMA- Ciências da Natureza e Matemática

CONTAG – Convenção dos Trabalhadores na Agricultura

EJA- Educação de Jovens e Adultos

FUP – Faculdade UnB Planaltina

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IOC- Inserção Orientada na Comunidade

IOE- Inserção Orientada na escola

LDB- Leis de Diretrizes e Bases

LEdoC – Licenciatura em Educação do Campo

MEC- Ministério da Educação e Cultura

MT- Mato Grosso

PCN- Parâmetro Curriculares Nacionais

PPP- Projeto Político Pedagógico

PRONAF – Programa Nacional de Amparo à Agricultura Familiar

Tempo comunidade

TE - Tempo escola

UnB – Universidade de Brasília

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo, investigar e apresentar os desafios enfrentados com a implantação da Educação do Campo, na Escola do Campo Jorge Carlos Ferreira, desde o início de sua criação até os dias atuais. Para melhor compreensão da Escola é preciso contextualizar historicamente o Assentamento Pontal do Marape, procurando entender como foi a luta e a conquista das famílias desta comunidade. Ao mesmo tempo será necessário apresentar os princípios da Educação do Campo e seu processo de ensino-aprendizagem para entender se a Escola Jorge Carlos Ferreira está trabalhando dentro dessa proposta formativa. Para realização desse trabalho dialogamos com alguns autores, educandos o Projeto Político Pedagógico da Escola e utilizamos alguns questionários com pais e estudantes. Este trabalho busca contribuir para uma reflexão dialógica em que valoriza o sujeito e a relação de escola e comunidade.

**Palavras chave:** Educação do Campo, Proposta Pedagógica, Alternância.



## **ABSTRACT**

This paper aims to investigate and present the challenges faced with the implementation of Rural Education in the Field School Jorge Carlos Ferreira, from the beginning of its creation to the present day. To better understand the school's need to contextualize historically Nesting Depth of Marape, trying to understand how it was to fight and conquer the families of the settlement. At the same time it is necessary to present the principles of Field Education and the process of teaching and learning to understand if the school Jorge Carlos Ferreira is working within this training proposal. To perform this study we dialogue with authors, analyzed the Pedagogical Political School Project and use some questionnaires with parents and students. This work contributes to a dialogical reflection that values the individual and the relationship of school and community.

**Keywords:** Field Education, Pedagogical Proposal, alternation.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I – CONTEXTO DA PESQUISA .....</b>	<b>14</b>
1.1 Assentamento Pontal do Marape .....	14
1.2 A Escola do Campo Jorge Carlos Ferreira .....	15
<b>CAPÍTULO II – PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO .....</b>	<b>19</b>
2.1 Breve relato sobre a Educação do Campo .....	20
2.2 A Educação do Campo na legislação .....	23
2.3 A escola do campo .....	24
2.4 Educação do Campo e escola do Campo .....	26
<b>CAPÍTULO III – O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DO CAMPO JORGE CARLOS FERREIRA .....</b>	<b>31</b>
3.1 Ambiente educativo .....	32
3.2 Práticas pedagógicas e avaliação .....	34
3.3 Os conteúdos programáticos .....	35
3.4 Trabalho de campo .....	36
3.5 Vivências e culturas .....	36
3.6 Socialização e experiências .....	37
3.7 Organizações do ambiente escolar .....	37
3.8 Liderança estudantil .....	38
<b>CAPÍTULO IV – PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NA ESCOLA .....</b>	<b>39</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>45</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>47</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>49</b>

## INTRODUÇÃO

A Educação do Campo surgiu como um conjunto de objetivos e expectativas dos trabalhadores do campo voltado às necessidades das famílias e das comunidades. Ela se contrapõe à educação tradicional ministrada na maioria das escolas, que faz uso de uma educação voltada às populações urbanas, defendendo valores e crenças da sociedade urbana industrial, que diz que a cidade é melhor de viver e o campo um lugar de trabalho pesado, muitas vezes discriminado.

O modelo de desenvolvimento implantado no campo brasileiro vem sendo tão excludente que marca até hoje, a educação rural como inferior e apresenta uma série de elementos “preconceituosos” que aparecem na legislação, nas instituições pedagógicas e no currículo. De modo geral, a educação sempre apresentou diversos problemas como: alta evasão escolar, baixa escolarização, alto índice de repetência, entre outros. Esses problemas apresentam-se ainda muito mais graves no meio rural. Diante disso é que parte dos povos do campo, seus movimentos e organizações, sentiram a necessidade de construir uma Educação do Campo. Portanto, a Educação no Campo precisa, além de apresentar características e soluções próprias para o educando do campo em seu espaço cultural, não abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento em diversas áreas.

Através de uma nova visão crítica de mundo proporcionada pela Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), fomos instigados a buscar conhecimentos para contribuir no desenvolvimento da escola e comunidade, o que resultou neste trabalho de pesquisa. Entendendo que a educação é uma estratégia importante para a transformação da realidade dos homens e das mulheres do campo, em todas as suas dimensões, este trabalho se fundamenta em conceitos teóricos que dão coerência, relevância e profundidade necessárias à abordagem qualitativa da Escola Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira, no contexto da Educação do Campo. Para analisar como a Escola Jorge Carlos Ferreira tem se organizado diante das necessidades da comunidade, a partir dos princípios da Educação do Campo, dialoga-se com vários autores como: Caldart (2002), Carneiro (2005), Molina (2011), Pistrak (2000), Reck (2007), Silva (2004), entre outros.

Além dos referenciais teóricos foram utilizados alguns procedimentos de pesquisas como: entrevista com os pais, educandos e educadores da Escola

Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira; análise da Proposta Curricular e do Projeto Político Pedagógico (PPP); pesquisa dos marcos normativo da educação do campo no Brasil e no Estado de Mato Grosso.

Este trabalho tem como objetivo compreender como tem sido a participação das famílias na Escola Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira, no sentido de realizar uma educação diferenciada voltada para a realidade local, a partir dos princípios da educação do campo.

Para realizar este trabalho foi necessário reconstruir a história e os princípios norteadores da Educação do Campo no Brasil, no estado de Mato Grosso e no município de Nova Mutum, bem como recuperar a história do Assentamento Pontal do Marape, no mesmo município. Foi necessário resgatar o processo de criação e consolidação da Escola Jorge Carlos Ferreira e analisar como está se desenvolvendo a educação do campo na Escola do Campo Jorge Carlos Ferreira.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro situaremos o Assentamento Pontal do Marape, sua história e conquistas, identificando entre elas a Escola do Campo Jorge Carlos Ferreira. Também abordamos neste capítulo, sua origem e suas resistências. No segundo capítulo apresentaremos nosso referencial teórico que se baseia em estudos sobre a educação do campo e no campo brasileiro, levando em consideração suas perspectivas e seus limites práticos e formativos, que envolve saberes, métodos, tempos e espaços físicos diferenciados da educação da cidade. No terceiro capítulo trataremos sobre alguns princípios e conceitos do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira. No Capítulo IV faremos uma análise dos dados coletados tendo como base o PPP, procurando identificar alguns momentos de participação das famílias na Escola.

## **CAPÍTULO I**

### **CONTEXTOS DA PESQUISA**

Neste capítulo I, apresentaremos o histórico do assentamento Pontal do Marape, demonstrando as lutas dos assentados pela conquista e permanência na terra. Também abordaremos o surgimento da Escola Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira, as dificuldades que ela vem enfrentando com a implantação da pedagogia da alternância e as tentativas de novas propostas pedagógicas para uma Educação do Campo de qualidade.

#### **1.1. ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE<sup>1</sup>**

O Projeto de Reforma Agrária do Pontal do Marape teve início em 1997, quando o INCRA entrou em negociação com o proprietário da Fazenda Três Cinco, por intermédio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Mutum-MT. Logo após, o INCRA destinou uma área de terra de 14.000 hectares para o assentamento, que fica localizada a 160 km da cidade de Nova Mutum-MT. A partir disso foi organizado uma comissão de cinco pessoas com o objetivo de agilizar o processo de desapropriação.

Em agosto de 1999, foi eleita a primeira Associação da Agricultura Familiar dos Parceiros, com a denominação Pontal do Marape. Em outubro de 2000 teve início à demarcação dos lotes, no mesmo ano foi entregue os lotes para as pessoas cipeiras no INCRA. Os assentados já encontraram a área desmatada, as represas estavam desprovidas de árvores nativas e muitas nascentes já estavam assoreadas. Em 2001 após a entrega dos lotes, foi entregue um quito de material de construção para cada parceiro construir sua casa de 42m².

Com a necessidade foi sendo organizada uma agrovila com alguns comércios, escola, posto de saúde, utilizando as construções já existentes etc. Em 2004 foi instalada a energia elétrica, através do Projeto Luz Para Todos e a

---

<sup>1</sup> Para a elaboração deste texto tomou-se como base: Relatórios de Tempo Comunidade; Relatório e sínteses nas disciplinas Pesquisa, Teoria e Prática Pedagógica e História e Memória.

produção dos assentados foi aumentando, e as pessoas cada vez passaram a acreditar no progresso da comunidade.

As atividades agropecuárias em nossa comunidade são diversificadas, a maioria dos parceiros formaram pomares em suas propriedades e algumas nascentes foram reflorestadas, através de um projeto desenvolvido pela escola que conta com outras parcerias, intitulado Projeto de Reflorestamento e Recuperação dos Mananciais. Hoje para parte dos assentados o que garante a renda de suas famílias é o arrendamento de seus lotes para produção de soja e milho, mas também cultivam hortaliças, verduras e fruticulturas, gado de corte e leite, avicultura, apicultura e piscicultura, voltadas para o consumo próprio das famílias e a comercialização.

Em se tratando da organização do trabalho já existem duas cooperativas em atividade: cooperativa COOMAVA - que trabalha com mel, polpa de fruta e viveiro de mudas e a Cooperativa de grãos Coopergrão Marape. Também há uma Associação da Agricultura Familiar e as igrejas em que as pessoas se reúnem pelas convicções religiosas.

As lutas sociais no Pontal do Marape foram grandes, algumas conquistas vieram com essas lutas: demarcação dos lotes, habitação, PRONAF e outras ainda em andamento: documentação dos lotes, georeferenciamento, etc. Apesar de existir essas organizações o trabalho coletivo na comunidade não é o que predomina, sendo o trabalho individualizado é o que mais fortemente se percebe. Já na comunidade uma forma de organização é a escola, com a participação no conselho de liderança, que se reúne quando tem alguma ação que se faz necessária à mobilização de todos.

A cultura na comunidade é bem variada, mas a que predomina é a sulista, o que não difere do resto da região apesar de ainda não se ter uma organização dessa diversidade. O que aparece mais fortemente é a religiosidade com a festa da padroeira e as juninas com quadrilha e danças folclóricas. Nesses aspectos a escola é uma forte colaboradora já que a maioria das atividades culturais da comunidade, salvo religiosas, é dinamizada pela escola. Recentemente uma mostra do quanto é forte uma comunidade, quando há vontade coletiva, foi dada pela conquista da melhoria do transporte escolar, que nos últimos tempos tem baixado a qualidade e também o retorno da monitoria de transporte escolar, pois a falta destes profissionais prejudica o atendimento aos educandos.

## 1.2 A ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO JORGE CARLOS FERREIRA<sup>2</sup>

A Escola Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira, teve início em 18 de maio de 1999, através da lei nº 508/99. Está localizada a 160 km da sede do município de Nova Mutum-MT. Iniciou-se com 35 educandos matriculados, distribuídos em três ciclos. No ano de 2003 iniciou uma turma do 1º ano do ensino médio, a cada ano o número de estudantes aumentava chegando a ter 360 educandos envolvendo o Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA.

O grande desafio hoje na educação brasileira, de forma geral e em particular, pelos docentes de Nova Mutum/MT, é transformar a prática fragmentada e descontextualizada da realidade local e geral por uma prática com eixos interdisciplinares onde se permite a visão de totalidade da realidade concreta. O ato pedagógico nesta proposta deve ser marcado pelo diálogo e pelo poder de argumentação, sendo a escola um local privilegiado, onde muitas interações são compartilhadas. O ato de perguntar, discutir e propor deverá ser incentivado e o papel do professor deve ser no sentido de possibilitar a interação do aluno com o meio onde vive.

Num processo de interação, não se nega o conhecimento que o aluno traz na sua prática social, ao contrário, estimula-se o educando a perceber, analisar, questionar e avançar a um crescimento intelectual contínuo e global através de uma prática dialética. Nesse sentido, deve-se buscar constante mudança de postura nas práticas na escola, compreendendo o ser humano como capaz de perceber, aprender e interagir no grupo ao qual pertence.

Nesse processo houve muitos desafios e um desses foi em relação a muitas famílias que lá estão, porém que tem o pensamento voltado para a cidade. Acreditam que a educação do campo não está no nível daquela realizada na zona urbana. O grande sonho da maioria dos pais é que seus filhos estejam “bem empregados na cidade” e não permaneçam no Campo. Muitos pais acreditam que a permanência na terra se deve à falta de oportunidade. Por isso consideram que os filhos ficam defasados com relação aos educandos da cidade.

---

<sup>2</sup> Para a elaboração deste texto foram utilizados trabalhos realizados no Tempo Comunidade e Tempo Escola nas disciplinas de Teoria e Prática Pedagógica, OMTP – Organização e Método dos Trabalhos Pedagógicos e História e Memória.

No ano de 2009 foi implantada na Escola a Pedagogia da Alternância, em que as aulas passaram a ser ligadas ao campo. Essa metodologia tinha como objetivo construir uma verdadeira escola do campo no campo. Um dos exemplos que podemos observar durante esse período foi o Projeto da Bacia Leiteira que foi iniciado pela escola, e estava conseguindo envolver outros órgãos como: Secretaria de Agricultura, EMPAER, SENAR o que culminou com o programa “Balde Cheio” que melhorou muito a renda familiar do local. Esse projeto proporcionava momentos em que produtores de leite explicavam todo o manejo e o processo da ordenha aos estudantes e professores.

Os passos do desenvolvimento do Projeto executados pela escola eram os seguintes:

- Visita a um ou mais produtores para que o mesmo explicasse todo o manejo da produção e processo da ordenha (realidade, senso comum);
- Estudo à luz da teoria da produção de leite (pastagens, silagem, instalação, processo de ordenha, até inseminação);
- Apresentação dos grupos e a organização da culminância;
- Culminância onde a comunidade era convidada a participar de palestras feitas e organizadas por educandos e educadores. Geralmente era convidado um técnico para fazer parte deste momento. (PPP, 2009, p. 08).

Esse projeto terminou com a retirada da Pedagogia da Alternância da escola. A escola trabalhou com essa pedagogia por dezoito meses. Essa proposta de atendimento aos educandos não deu certo pela desaprovação de alguns pais, que se justificaram alegando que a escola não tinha estrutura física suficiente para receber esse método de Ensino. Os pais que eram desfavoráveis à pedagogia da alternância foram até a escola, trancaram os portões com correntes e cadeados impedindo que os educandos e educadores entrassem na escola. Os pais exigiram que houvesse uma negociação com a Secretaria de Educação, para que voltassem a organização anterior da escola com um período só de aula, sem a alternância, garantindo que seus filhos não assistiriam aulas enquanto não fosse solucionado esse problema, nesse momento chegou a imprensa entrevistando os pais sobre os motivos da manifestação. Eles alegaram que a alternância foi imposta na comunidade sem consulta prévia aos pais. Em seguida os pais juntamente com a imprensa foram até a Prefeitura Municipal solicitar uma reunião com a Secretaria de



Educação para verificar se a maioria dos pais estava de acordo com a Pedagogia da Alternância que vinha sendo aplicada na escola. Nessa reunião os pais alegavam a falta de estrutura nos ônibus para atender os educandos tanto tempo fora de casa.

Outra questão que contribuiu para o descontentamento dos pais foi o acidente de uma aluna, que ao descer de um ônibus, sofreu um acidente que resultou na amputação de um dos seus pés. A partir da mobilização dos pais houve a retirada da Alternância da escola e as aulas voltaram ao ritmo anterior, ou seja, 20 horas semanais.

Acreditamos que este método de ensino, ou seja, a alternância é positivo. O que faltou foi uma comunicação mais direta com a comunidade, pois não houve uma discussão coletiva entre o corpo docente, os educandos e a comunidade em geral, para que eles compreendessem o que é o regime em alternância, seus limites e perspectivas.

Mesmo com a mudança, a escola se preocupa com os conteúdos ministrados para que estejam sempre ligados à realidade. Geralmente a escola escolhe temas voltados para o trabalho local. Os professores da escola são todos formados em nível superior onde a maioria deles são moradores da comunidade e se identificam com o lugar, conciliando o trabalho docente com o trabalho na agricultura familiar. Os demais funcionários também são considerados como educadores e por isso a escola vem abrindo espaço para a participação deles em reuniões, formações continuadas, capacitações, etc., fazendo com que seu envolvimento com a escola aumente a cada dia.

A escola desenvolve suas atividades com reuniões pedagógicas que são feitas com o objetivo do planejamento coletivo, um dos pontos fortes da escola, já que trabalha com temas e projetos. Os professores têm alcançado algumas mudanças na busca pelo conhecimento do educandos como trabalhos em grupo, organização de apresentações, leitura de textos diversos, pesquisas variadas, etc., e pode-se perceber que há um avanço pedagógico no desenvolvimento curricular da escola.

No ano letivo de 2013 foram matriculados 219 educandos, distribuídos das seguintes formas: Educação Infantil com 25 educandos, 1º Ciclo com 60 educandos, 2º Ciclo com 64 educandos, 3º Ciclo com 70 educandos, Ensino Médio com 54 educandos e no EJA 20 educandos. A escola é representada por um conselho

deliberativo composto por pais, educandos, educadores e funcionários que trabalham para a melhoria das atividades da

Escola. Suas problemáticas são ali discutidas, assim como toda a problemática da comunidade. Quando necessário são feitas comissões e documentos que visam à melhoria de suas atividades.

Dialogamos sobre a Educação do Campo que se diferencia da educação rural, pois é construída por e para os diferentes sujeitos, territórios, práticas sociais e identidades culturais que compõem a diversidade do campo. Nessa perspectiva passaremos ao segundo capítulo deste trabalho.

## **CAPÍTULO II**

### **PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

A educação brasileira fortalece os valores capitalistas, a naturalização da propriedade privada e do estado burguês. A educação humana sempre configurou e configura-se de acordo com o poder vigente. O papel do Estado e consequentemente da educação é de formar trabalhadores para atender ao mercado de trabalho capitalista e não formar pessoas para a vida.

Em contraponto a este projeto da burguesia, agem os movimentos sociais do campo que lutam por políticas públicas na perspectiva de garantir os direitos sociais a todos os povos do campo, principalmente na educação. Grandes conquistas foram garantidas através destas lutas. O diferencial do projeto da classe trabalhadora se dá na sua concepção de formação, de projeto de sociedade e de país.

O projeto da classe trabalhadora visa contribuir para a superação da subordinação dos camponeses ao mercado de trabalho, a monocultura do agronegócio e a naturalização da propriedade privada. A luta pela educação do campo está em curso e caracteriza-se como uma luta emancipatória para o campo brasileiro.

Tafarel e Molina (2012) afirmam que não nascemos seres humanos, nos tornamos seres humanos ao longo de nossa existência. Portanto, o que somos depende das condições objetivas das leis sociais históricas, para além das leis biológicas, químicas e físicas. Construimo-nos de acordo com o meio em que vivemos por isso a educação tem papel fundamental na vida de todos os seres. Nesse sentido, a escola deveria cumprir o papel de formar indivíduos, capazes de desenvolver de forma equilibrada a capacidade ao trabalho manual e ao trabalho intelectual, como também, assumir a tarefa de elevar os jovens a certo grau de maturidade e capacidade para pensar e saber orientar-se na vida.

A escola além de ensinar a ler, escrever, fazer contas, etc., deveria trabalhar com direitos e deveres, pois ela é espaço importantíssimo para se forjar intelectuais orgânicos. A educação do campo visa contribuir para que nossas escolas sejam “escolas vivas”, que tenham o trabalho como princípio educativo, trabalho como criação e não como venda de força física.

O sistema capitalista atua no sentido de desconstruir os princípios “vivos” de nossas escolas fazendo com que elas se tornem tradicionais, com ensinamentos de caixinhas, preparando pessoas apenas para o mercado de trabalho, como também gerando e transmitindo valores que legitimam os interesses dominantes.

Portanto cabe à educação do campo, no sentido amplo da palavra, a tarefa de contribuir para que nossas escolas tenham uma educação fundada no respeito a certos princípios que regem a vida e ajudam a garantir a dignidade do ser humano. Uma educação que permita aos nossos alunos e a comunidade a abertura de novos campos do conhecimento, formando cidadãos não de conhecimentos superficiais, mas pessoas capazes de desenvolver qualquer ciência sem se restringir a uma só. Pessoas capazes de se organizar e lutar por seus direitos sem deixar de garantir seus deveres.

Nossas escolas devem ser um instrumento para melhorar a vida no campo, vinculando-se as questões da realidade, preservando e respeitando saberes. Deve ser expressão do trabalho compartilhado, pois só através do trabalho que o homem modifica o espaço onde vive. Os seres humanos são cheios de possibilidades, a escola deve contribuir para que essas possibilidades sejam exploradas e avancem para o novo, respeitando a terra e aos seres. A partir deste contexto, apresentaremos neste Capítulo II, os nossos referenciais teóricos.

## **2.1. BREVE RELATO SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Segundo Pasqualine (2003), a concepção de educação que historicamente pautou as iniciativas educacionais para o meio rural, fundamenta-se, principalmente, na categorização urbano/rural, na qual o espaço rural é definido de acordo com critérios do IBGE, pela sua localização geográfica e a baixa densidade populacional. Além disso, baseia-se em um projeto de desenvolvimento centrado nas atividades urbano-industriais, segundo o qual o campo tenderia ao desaparecimento, não

sendo pertinente, portanto, o investimento em políticas estruturantes nesse espaço, pela concepção de rural enquanto espaço tipicamente de atividades agrícolas, priorizando o latifúndio.

Desse projeto social, resulta um modelo educacional pautado na oferta de educação mínima, restrita às primeiras séries do Ensino Fundamental; escolas em condições precárias; educadores com pouca formação e baixos salários, incorporação de conceitos urbanos que desconsideram a realidade e a vida camponesa, que alimentam a competitividade, o individualismo e desprezam as diferenças.

Para Carneiro (2005), ao contrário do modelo educativo bancário, a Educação do Campo é compreendida ao mesmo tempo como conceito em movimento, enquanto unidade político-epistemológica, que se estrutura e ganha conteúdo no contexto histórico, que se forma e se firma no conjunto das lutas de movimentos sociais camponeses; que se manifesta e transforma nas relações sociais, reivindicando e abrindo espaço para a efetivação do direito à educação, dentro e fora do Estado.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo se diferencia da educação rural, pois é construída por e para os diferentes sujeitos, territórios, práticas sociais e identidades culturais que compõem a diversidade do campo. Ela se apresenta como uma garantia de ampliação das possibilidades de homens e mulheres camponeses, criarem e recriarem as condições de existência no campo. Portanto, a educação é uma estratégia importante para a transformação da realidade em todas as suas dimensões.

O campo, compreendido a partir do conceito de territorialidade, é um lugar marcado pela diversidade econômica, cultural e étnico-racial. É o espaço emancipatório quando associado à construção da democracia e de solidariedade, de lutas pelo direito à terra, à educação, à saúde, à organização da produção e pela preservação da vida. Mais do que um perímetro não urbano, o campo possibilita a relação dos seres humanos com sua própria produção, com os resultados de seu trabalho, com a natureza de onde tira o seu sustento.

Se comprometida com a diversidade do trabalho e sua cultura, a educação terá também especificidades que precisam ser incorporadas nos projetos político-pedagógicos. “Entendemos, no entanto, que o campo e a cidade são dois polos,

duas partes de um todo, que não podem se isolar, mas, antes de tudo, articulam-se, completam-se e se alimentam mutuamente”. (CARNEIRO, 2005, p 64)

Carneiro afirma ainda, que a Educação do Campo, então, se afirma na defesa de um país soberano e independente, vinculado à construção de um projeto de desenvolvimento, no qual a educação é uma das dimensões necessárias para a transformação da sociedade, que se opõe ao modelo de educação rural vigente.

Nessa perspectiva, a escola torna-se um espaço de análise crítica para que se levantem as bases para a elaboração de outra proposta de educação e de desenvolvimento. Nesse sentido, busca-se desenvolver uma proposta de educação voltada para as necessidades das populações do campo e para a garantia de escolarização de qualidade, tornando-se meio de divulgar a cultura da comunidade e da humanidade.

A identidade da Educação do campo definida pelos seus sujeitos sociais deve estar vinculada a uma cultura que se produz por meio de relações mediadas pelo trabalho, entendendo trabalho como produção material e cultural de existência humana. Para isso, a escola precisa investir em uma interpretação da realidade que possibilite a construção de conhecimentos potencializadores, de modelos de agricultura, de novas matrizes tecnológicas, da produção econômica e de relações de trabalho e da vida a partir de estratégias solidárias, que garantam a melhoria da qualidade de vida dos que vivem e sobrevivem no e do campo.

## **2.2. A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA LEGISLAÇÃO**

No que se refere ao ensino, a LDB possibilita um espaço para outra forma do ensino no campo, em que se considere a adaptação e adequação necessária e as peculiaridades da dinâmica do campo, tanto no aspecto organizacional, como também de propostas metodológicas e curriculares. Como podemos ver, a LDB fala que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação a natureza do trabalho na zona rural. (Art. 28).

A abertura dada por esse artigo da LDB possibilitou que fosse construído no país um processo de mobilização social em torno da construção de Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, na qual além de retomar o debate sobre a situação da escola do campo ainda possibilitou um aprofundamento fecundo sobre a concepção de espaço rural e de campo, possibilitando a partir de várias experiências da sociedade civil e algumas do poder público, reafirmar a proposta de Educação do Campo que a sociedade deseja construir.

As Diretrizes dão um salto de qualidade na forma de pensar a escola, relacionando-a a construção de sociedade, e de desenvolvimento que se deseja concretizar para cidadãos e cidadãs, que vivem no campo e ou do campo, bem como aqueles que vivem nas cidades.

### **2.3. A ESCOLA DO CAMPO**

Para Silva (2004), o campo constitui-se num universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais. Não está se supondo, portanto, a existência de um universo isolado, autônomo em relação ao conjunto da sociedade e que tenha uma lógica exclusiva de financiamento e reprodução. Porém o campo mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas que o diferencia. Quando estamos tratando de campo, estamos nos referindo a um espaço heterogêneo que é economicamente diverso nas relações que os sujeitos têm com a propriedade e acesso a terra e na maneira como se relacionam com o trabalho.

As comunidades rurais são ricas em matrizes históricas tradicionais, que expressam o modo de vida produzido por cada povo nas suas festas, na religiosidade, nos gestos, na arte e são permeadas pela diversidade cultural e étnica racial. Os conhecimentos são organizados com lógicas diferentes, de lutas, de mobilização social, de estratégias de sustentabilidade. Têm uma presença de diversos movimentos sociais, que atuam e propõem mudanças dentro da realidade do campo.

A escola tem papel fundamental na mudança de paradigma social que se busca construir. Ela por si só não concretiza o desenvolvimento, mas sem ela esse desenvolvimento não se constitui de forma sustentável. Para Silva, a escola não

constrói o projeto de desenvolvimento sustentável, mas é essencialmente necessária, pois não há como organizar um projeto de desenvolvimento do campo sem um projeto de educação.

Assim, compreendendo o estudo de Silva (2004), pode-se afirmar que é papel da escola contribuir para a construção de um ambiente educativo, que considere a heterogeneidade dos grupos humanos e sua relação com o meio ambiente, com a terra, com a cultura e com o mundo do trabalho; valorize os conhecimentos dos diferentes sujeitos da aprendizagem e que estes contribuam para melhorar a vida das pessoas; considere o desenvolvimento das pessoas não só por meio da integração dos diferentes processos formativos, mas valorizando a escolarização, direito universal dos diversos grupos humanos.

Para construir esse processo educativo, que considere os sujeitos sociais, faz-se necessário fortalecer a identidade da escola do campo, ancorada na própria realidade do campo, nos saberes próprios dos estudantes, da memória coletiva das pessoas, nos movimentos sociais sindicais que defendem projetos de qualidade social de vida coletiva (BRASIL, 2002, Art. 2º).

Nessa construção faz-se necessário garantir universalização da escola, sem desconsiderar a diversidade e especificidade. A especificidade exige a capacidade de reconhecer o diferente e o outro na condição de sujeito, dessa forma, estabelecer um modo de pertencimento das pessoas a uma comunidade e à sociedade que impeça a transformação das diferenças em desigualdades.

Nesse sentido o papel da escola será primordialmente, resinificar os conhecimentos já trazidos pelos educandos e a própria comunidade, e ser capaz de produzir novos e melhores conhecimentos, garantir um espaço educativo, no qual existe de forma permanente a circularidade de saberes.

A educação do campo tem um vínculo com a matriz pedagógica do trabalho e da cultura. Ela nasce colada ao trabalho e à cultura do campo. E não pode perder isso em seu projeto. A leitura dos processos produtivos e dos processos culturais formadores dos sujeitos que vivem no e do campo é tarefa fundamental da construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo (RECK, 2007).

O trabalho contribui de forma significativa na formação do ser humano: a Educação do Campo precisa recuperar toda uma tradição pedagógica de valorização do trabalho como princípio educativo, de compreensão do vínculo entre educação e produção, e de discussão sobre as diferentes dimensões e métodos de



formação do trabalhador (a), de educação profissional, relacionando todo este acúmulo de teorias e de práticas com a experiência específica de trabalho e de educação dos camponeses (PISTRAK, 2000).

Pensar isso do ponto de vista pedagógico mais amplo, enquanto processo de humanização dos sujeitos é pensar como estes processos podem/devem ser trabalhados nos diferentes espaços educativos do campo. O que significa hoje fazer a formação das trabalhadoras e dos trabalhadores jovens e adultos do campo? E o que significa educar as crianças e os adolescentes das escolas do campo, levando em conta a formação de sua identidade de trabalhador? (CALDART, 2002).

Outros elementos fundamentais do processo nas escolas do campo estão na relação da cultura e comunicação, na busca de compreender diferentes linguagens, utilizar técnicas de organização de atividades que potencializem o resgate da memória coletiva das comunidades, dos saberes e das histórias, como princípios do processo de ensino aprendizagem.

Nesse sentido a educação como fenômeno social possui dimensões básicas a serem consideradas: uma diz respeito à educação enquanto prática social que envolve processos formais e informais, com suas características próprias, sua cultura e sua história. E ainda a dimensão do campo de estudo, considerando a riqueza das práticas pedagógicas, dos processos de construção do conhecimento e da articulação teoria e prática.

## **2.4. EDUCAÇÃO DO CAMPO E ESCOLA DO CAMPO**

Carneiro (2005) enfatiza que a Educação do Campo e no Campo ocorre tanto em espaços escolares como fora deles. Envolve saberes, métodos, tempos e espaços físicos diferenciados. Portanto, não são apenas os saberes construídos na sala de aula, mas também aqueles construídos na produção, na família, na convivência social, na cultura, no lazer e nos movimentos sociais. A sala de aula é um espaço específico de sistematização, análise e de síntese das aprendizagens, se constituindo assim, num local de encontro das diferenças, pois, é nela que se produzem novas formas de ver, estar e se relacionar com o mundo.

Ao se fazer educação do campo, a cultura precisa ter lugar de destaque. Se pensada como um mapa, um código e teias, através dos quais as pessoas de um determinado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si

mesmos. Essa pode e deve proporcionar às escolas do campo um processo de construção indenitária, tão necessária para o desenvolvimento de currículos e projetos educativos colados à realidade camponesa.

A cultura também forma o ser humano e dá as referências para o modo de educá-lo; são os processos culturais que ao mesmo tempo expressam e garantem a própria ação educativa do trabalho, das relações sociais, das lutas sociais: a Educação do Campo precisa recuperar a tradição pedagógica que nos ajuda a pensar a cultura como matriz formadora, e que nos ensina que a educação é uma dimensão da cultura, que a cultura é uma dimensão do processo histórico, e que processos pedagógicos são constituídos a partir de uma cultura e participam de sua reprodução e transformação simultaneamente (MOLINA, 2011).

Alguns eixos podem ser orientadores da relação Inter e transdisciplinar no processo de discussão do currículo das escolas do campo, fortalecendo os princípios educativos já apresentados. E ainda, contribuir na construção de atitude e valores para as novas relações de gênero, fundamentadas na igualdade, na disposição para reconhecer o direito de cada pessoa, no aprender, no ensinar a partilhar saberes e poder entre mulheres e homens.

Garantir um processo formativo, que interage continuamente com a realidade em que os educandos (as) vivem, aproxima e aprofunda temáticas relacionadas a vida cotidiana, aos anseios dos jovens, das crianças e dos adultos, construir novas referências de sociedade, de ambiente, de natureza, da relação das pessoas com o espaço social é um dos grandes desafios da educação no momento, especialmente da Educação do campo. Mudanças sociais que possam garantir uma transformação social, que lhes possibilitem melhores condições de vida, melhorando a estima e identidade dos povos do campo.

Carneiro (2005) faz resumo das necessidades de atender as mais diversas situações e exigências do campo, quais sejam: a) Proporcionar através de atividades educativas, condições de trabalho e geração de renda para que os/as jovens e adultos consigam viver com dignidade no campo e possam ter acesso aos bens culturais e sociais produzidos pela humanidade; b) Contribuir na formação de lideranças para que estas possam estimular e orientar o desenvolvimento técnico agroecológico em geral e comunitário, em particular, sem perder seus valores históricos e culturais; c) Desenvolver aspectos que potencializem uma maior valorização do campo, como espaço de criação e recriação de vida; d) Preparar o

educando (a) para participar conscientemente e com preparo técnico fundamentado em um novo modelo de desenvolvimento do meio rural; e) Proporcionar conhecimentos teóricos e práticos na agricultura, pecuária, pesca, no extrativismo e outras culturas, destinadas a possibilitar que a economia das comunidades e das regiões seja economicamente viável, com uso de técnicas adequadas para a recuperação e preservação ambiental.

O desafio é superar a prática de pensar projetos de educação, descontextualizados do sentido e da história dos povos do campo, pois este tem sido um vício bastante comum ao longo da história da educação.

O desafio dos processos educativos das escolas do campo reside também na apropriação do entorno social e produtivo dos agricultores e agricultoras. A apropriação desse “entorno”, ou seja, das realidades que se articulam para a organização, trabalho, saúde e desenvolvimento do campo, ao serem introduzidos nos programas curriculares e Projetos Políticos Pedagógicos, contribuirão decisivamente para que a Escola do Campo cumpra o seu papel de responsável pelo ensino de qualidade e incentivador da vida no campo. Vida essa que precisa ser de qualidade, e essa só será construída se todos os agentes do campo, inclusive a escola, assumirem a agricultura, o desenvolvimento e a cultura como eixo central das suas ações.

A educação do campo com suas experiências, e a partir de suas várias lutas, alcançou conquistas importantes como as Diretrizes Operacionais para a Educação básica nas escolas do campo, Resolução CNE/CEB nº 1/2002 e Resolução CNE/CEB nº 2/2008. Parecer CNE/CEB nº 1/2006 que reconhece os dias letivos da Alternância; Resolução CNE/CEB nº 4/2010 que reconhece a Educação do Campo como modalidade específica e define a identidade da escola do campo. (QUEIROZ, 2004)

Outra conquista que merece destaque é o Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política nacional de educação do campo e sobre o Programa Nacional de Reforma Agrária (PRONERA), e reconhece a obrigatoriedade do Estado em promover a universalidade do direito à educação. Foram conquistados também programas nacionais destinados aos sujeitos do campo como o Programa Saberes da Terra (Pro campo) e Programa da Iniciação à Docência (PIBID Diversidade/CAPES). (MOLINA, 2011)

A evolução da matriz pedagógica do campo não acontece como deveria, devido à despolitização e a falta de conscientização política da classe trabalhadora sobre a importância da educação do campo, para a manutenção da vida camponesa com qualidade. Mas como sabemos, isto é, uma consequência da condição histórica e resultado da falta de uma reforma agrária real de conquista e permanência na terra, ou seja, a realidade social, econômica, cultural e ambiental enfrentada hoje, tem uma explicação no contexto histórico do Brasil, pois o presente agrário é o resultado de um processo de exploração pelo qual o país passou desde o seu descobrimento.

Existe uma ampla legislação que rege a educação do campo e garante alguns benefícios para os camponeses, dentro desta ideia podemos destacar a Pedagogia da Alternância, utilizada na LEdoC e também a Pedagogia de Projetos que buscam a melhoria do aprendizado, envolvendo a realidade local, e possibilitando uma nova maneira de ver e viver no campo. (MOLINA, 2011)

### **CAPÍTULO III**

#### **O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DO CAMPO JORGE**

**CARLOS FERREIRA**

A Proposta Pedagógica define linhas gerais para a prática educativa dentro dos princípios filosóficos, políticos e pedagógicos adotados, caracterizando-se como ponto norteador de todas as ações educativas da escola.

A definição política se realiza enquanto prática pedagógica, comprometida com o educando, agente ativo e transformador desta sociedade, e a dimensão pedagógica no sentido de se efetivar ações que cumprirão os propósitos e suas intencionalidades.

Não se trata apenas do currículo como grade curricular, mas currículo constituído, portanto a partir de um conjunto de constatações e estratégias que orientam a prática pedagógica, construído, partilhado e efetivado pelo grupo de pessoas envolvidas no processo educativo.

A Escola Municipal Jorge Carlos Ferreira tem como objetivo desenvolver no aluno seu senso crítico, sua criatividade, autoconfiança, solidariedade, responsabilidade, buscando continuamente seu crescimento pessoal, cultural, científico e social (PPP, 2009, p 16).

A escola organiza projetos envolvendo-os com o currículo escolar, partindo sempre de uma pesquisa de campo que relacione os conteúdos programáticos com os temas do Projeto. São feitas visitas a produtores e depois são estudados os textos bibliográficos, socializando um encontro entre teoria e prática. São convidadas pessoas para realizarem palestras e os assuntos culminam sempre em um grande encontro, em que toda a comunidade é convidada a participar. O sistema de avaliações da escola é feita pelos trabalhos finais do assunto apresentado pelos diversos grupos de educandos.

A escola busca trabalhar com uma educação voltada para a realidade do educando e do meio em que ele vive, com diversidade de atividades como: artes, esportes, cultura e aula de informática. Os trabalhos escolares tem buscado envolvimento com as atividades econômicas praticadas no local. A comunidade

trabalha com diversas produções agrícolas como reflorestamento, piscicultura e soja, que são usadas para aprendizagem dos educandos (PPP, 2009, p. 09)

No ano de 2009, foi desenvolvido o tema piscicultura que é uma atividade econômica que vem tomando formas nos últimos anos. No ano de 2012, foram produzidas umas cinquenta toneladas de peixe, com previsão de dobrar ou até triplicar para o ano de 2013. (Op cit, 2009, p. 16)

Outro projeto que tem sido desenvolvido na escola é a horta, que tem contribuído na alimentação escolar e da comunidade. Os educadores levam os educandos para ajudarem na produção e cultivo de hortaliças e legumes, promovendo aprendizado interdisciplinar, envolvendo a teoria e a prática. (Op cit 2009, p. 12)

### **3.1. AMBIENTE EDUCATIVO**

O ambiente educativo é o espaço de ensino, aprendizagens, e vivência de valores. É nesse espaço que estudantes e adolescentes, se socializam, experimentando a convivência com a diversidade humana; o respeito, a alegria, a amizade e a solidariedade, a disciplina, a negociação, o combate à discriminação e o exercício dos direitos e deveres são práticas que garantem a socialização e a convivência, desenvolvem e fortalecem a noção de cidadania e de igualdade entre todos.

O maior compromisso da escola é acreditar e fazer com que todos os estudantes aprendam e ampliem cada vez mais seus conhecimentos. Para a concretização dessa filosofia, a proposta pedagógica da escola é sustentada por um conjunto de ideias básicas que explicitam a identidade da educação do nosso município, tendo por missão: “servir como ponto referencial de construção e reconstrução do saber sistemático, formando cidadãos com competência e compromisso para contribuir qualitativamente, nas mudanças na sociedade” (Op cit, 2009 p.9).

As principais linhas de ação na construção desse conhecimento são:

- Concepção de ensino e aprendizagem como dinâmicos, processuais e ancorados no conhecimento prévio do educando;
- Revisão permanente para atualização dos conteúdos programáticos e metodológicos, reformulando-os frente ao progresso, às necessidades

dos educandos e às exigências oriundas dos problemas sociais, políticos, econômicos e culturais da Sociedade;

- Avaliação permanente e replanejamento das ações efetivas e adequadas às necessidades do ensino aprendizagem (Op.cit, 2009, p. 9).

A Proposta Pedagógica Norteadora desta escola estabelece seus objetivos educacionais em consonância ao disposto na Constituição Federativa do Brasil, na LDB e baseia-se nos seguintes princípios:

- Na democratização de oportunidades;
- No respeito à igualdade, à liberdade e aos direitos das pessoas, consideradas em todas as suas diferenças individuais, sociais, culturais, étnicas, religiosas, etc.;
- Na compreensão e respeito às características pessoais de déficit sensorial, motor ou psíquico ou de superdotação intelectual;
- Na especial atenção ao aluno que demonstre a necessidade de resgatar a autoestima;
- No atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade;
- No respeito ao desenvolvimento global e harmonioso (Op. Cit, 2009, p 46).

A metodologia a ser aprendida pelos educandos e priorizada pelos educadores deve ser a de:

1. Priorizar a construção de estratégias de verificação e comprovação de hipóteses na construção do conhecimento.
2. Construir argumentação capaz de controlar os resultados.
3. Desenvolver o espírito crítico (capacidade de análise).
4. Compreensão dos limites e alcances lógicos possíveis.
5. Estímulo à autonomia do sujeito, desenvolvendo o sentimento de segurança em relação à sua própria capacidade (Op. Cit, 2009 p 47).

### 3.2. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AVALIAÇÃO

O objetivo mais importante da escola é fazer com que os educandos aprendam e desenvolvam o desejo de aprender cada vez mais e com autonomia.

O planejamento das ações educativas é o ponto mais importante, pois se é para o educando aprender bem, cada vez mais e com autonomia, se faz necessário observar o educando, suas dificuldades e potencialidades compreender suas diferenças e demonstrar interesse por eles. Hoje se vive num mundo cheio de informações e reforça a necessidade de se planejar as aulas baseando no que a criança sabe e o que precisam aprender. (PPP 2009 p 10).

No que tange à avaliação não existe um bom ensino-aprendizagem se não se tem um projeto consistente com avaliação inicial para o planejamento e uma avaliação final em cada uma das etapas de trabalho para análise de resultados.

A avaliação deve ser entendida como um processo que precisa acontecer durante todo o ano, em vários momentos e de diversas formas, assim os alunos devem ser avaliados nos diferentes momentos da aprendizagem:

- Trabalhos em grupo;
- Provas/testes ou outro nome que queiram chamar;
- Trabalhos individuais;
- Pelo seu comportamento;
- Pela sua participação em sala de aula;
- Pelas tarefas de casa;
- Pelo seu envolvimento e seu querer;
- Pela autoavaliação (avaliação de si próprio).

O termo avaliação não pode ser atendido apenas como avaliação do aluno, ela é mais ampla e envolve a avaliação da escola como um todo e esta avaliação deve ser um instrumento participativo para a melhoria da qualidade das ações da escola. (Op. Cit)

Esta escola tem como filosofia já sua, e construída há muitos anos uma prática pedagógica da inclusão, onde todas as crianças são bem aceitas no grupo e na escola, caso seja percebida discriminação a escola toma as devidas providências. Apesar disso, se faz necessário o apoio da equipe multidisciplinar e



nesse indicador foi solicitada pela comunidade que se viabilizasse a presença dessa equipe com maior frequência. (Op. Cit) (PPP- anexo).

Em relação à avaliação os professores fazem uso de diferentes atividades para avaliar os educandos, o que é um ponto positivo. Buscam retomar conteúdos em que os educandos não tiveram uma aprendizagem satisfatória, só que em contrapartida o resultado não é discutido, ou seja, em quais conteúdos houve progressão e em quais ainda apresentam dificuldades, ou seja, a avaliação tem que ser discutida na sala de aula, os educandos precisam saber os pontos a serem melhorados em sua trajetória escolar. (PPP da Escola do Campo Jorge Carlos Ferreira)

Em relação ao monitoramento, a progressão e a retenção dos educandos são de responsabilidade de todos, pois no final de cada bimestre a escola reúne os professores para fazer esse monitoramento tanto da aprendizagem, avaliação e atitudes de cada educando e as decisões sobre a vida escolar de cada estudante é tomada nesse conselho e é de conhecimento de todos.

### **3.3. OS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS**

Ao pensar nessa proposta curricular, esta escola considerou a formação da criança em todas as suas dimensões, discutindo os tempos, a organização do trabalho, os espaços, os conteúdos, considerou a criança como sujeito sócio cultural e em constante processo de desenvolvimento (PPP, 2009 p.46).

Tratar os conteúdos de forma interdisciplinar, ou mesmo transdisciplinar configura-se como uma necessidade, pois questões que a realidade nos coloca, transcende à possibilidade de que uma única área do conhecimento possa respondê-las. A partir de uma situação-problema, professores e crianças veem-se frente a um processo de investigação, no qual vários conhecimentos, procedimentos e atitudes precisam ser aprendidos como:

[...] Utilizar diferentes formas de raciocínio; construir a noção de número a partir de situações reais; compreender a natureza como todo dinâmico; reconhecer as relações entre os indivíduos; perceber o papel e a influência da tecnologia no cotidiano; compreender a saúde como responsabilidade individual; Estabelecer pontos de referência em seu entorno; Explicitar suas percepções e representações de espaços conhecidos; Reconhecer a diversidade cultural, histórica e linguística; Valorizar sua própria linguagem e a de seu grupo social; [...] Desenvolver várias formas de expressão, utilizando as diferentes linguagens; Ler diferentes gêneros e tipos de textos

que circulam socialmente; Construir o sistema alfabético da escrita na perspectiva do letramento, dando o início ao processo ortográfico; Produzir textos utilizando várias formas de expressão em função do seu objetivo; Perceber a função social e interativa da leitura e da escrita; Experimentar, sentir e viver sua capacidade de expressão corporal; Valorizar-se como sujeito afetivo. (PPP, 2009 p 44)

O desenvolvimento de todas essas capacidades é proposto em meio à construção e reconstrução do conhecimento, em que cada um, a partir dos sabedores já possuídos resinifica o próprio processo de aprendizagem, através da experimentação e interação com os outros e com o próprio objeto de conhecimento. Trata-se de um desenvolvimento estrutural que implica ao aluno sentir, pensar, viver e conviver e ao educador, potencializar todas essas relações, percepções e descobertas.

### **3.4 TRABALHO DE CAMPO**

O trabalho de campo é considerado um valioso processo pedagógico extraclasse, oferecendo ricas e variadas possibilidades para tornar a aprendizagem mais significativa, possibilitando aos estudantes, vivência concreta do que está sendo estudando e discutido, além de contatos com outras realidades e pessoas.

Este processo desenvolve nos alunos a habilidade de observação do ambiente, hábitos de pesquisa e de coleta de dados.

É necessário haver um planejamento prévio, com objetos e procedimentos claros para o educador quanto para os educandos, alertando-os para o que se deve observar, garantindo assim a efetividade da atividade.

Durante e após o trabalho de campo é importante ressaltar a necessidade do registro, pois é através dele que o conhecimento é socializado e sistematizado. (PPP 2009 p47). Afirmação que encontrava no PPP anterior já que este foi reformulado para atender a educação do campo.

### **3.5 VIVÊNCIAS CULTURAIS**

Os educandos que chegam á escola são sujeitos socioculturais com saberes e projetos de vida amplos ou restritos, conscientes ou não, mas sempre existentes.

Atividades culturais significativas, momentos festivos e comemorativos durante o ano letivo envolvendo alunos, profissionais e comunidade devem ser

inseridos no currículo na forma de vivências culturais, como parte dos processos formadores que se caracterizam por oportunidades de aprender conceitos, desencadear atitudes de troca, cooperação e convivência, saberes e interações coletivas. (PPP, 2009 p 48).

### **3.6 SOCIALIZAÇÃO E EXPERIÊNCIAS**

A construção de conhecimento que ocorre com a troca de saberes entre ser humano é um processo fundamental para a formação dos sujeitos. Socializar, trocar as experiências vivenciadas mostra-se como oportunidade ímpar para dialogar com processos de construção diferenciados que resulta em conhecimentos mais amplos.

O exercício da escuta, o trocar de olhares sobre processos vividos e a sistematização dos mesmos ampliam as capacidades para a construção de novos conhecimentos. (PPP, 2009 p 48)

### **3.7. ORGANIZAÇÕES DO AMBIENTE ESCOLAR**

O ambiente escolar é composto essencialmente pelos aspectos físico e social, que devem ser organizados com o propósito de viabilizar as ações pedagógicas e administrativas.

No aspecto físico, são fundamentais as ações que garantam a higiene, a organização de objetos, materiais de consumo, documentos, a segurança e a manutenção do prédio escolar.

O aspecto social deve contar com atitudes e procedimentos, que contribuam para a convivência entre todos os representantes da comunidade escolar, em especial ao educando, assegurando-lhe a integridade física, mental e emocional e o desenvolvimento global e harmonioso.

Nos momentos extraclasse percebe-se a felicidade dos educandos já que a escola é o ponto de encontro deles e os passeios e pesquisas de campo são os mais ansiosamente esperados.

É de fundamental importância à cooperação e o respeito entre os profissionais, desses com os educandos e dos educandos entre si. A base dessas relações está na explicação dos conflitos, no diálogo, na busca conjunta de soluções, na construção coletiva de regras que são extensivas a todos.

Com essa atmosfera de valorização das trocas, a participação dos educandos é extremamente ativa. Espera-se que eles tomem decisões, assumam responsabilidades e resolvam problemas, tendo como mediador o educador e demais profissionais da escola.

Nesse contexto, os erros e acertos são tratados como necessários no processo de construção do conhecimento e, portanto, os alunos são encorajados a dizer o que pensam sobre as coisas e levados através de questionamentos a reformularem suas ideias.

É importante ressaltar que a organização de todo o ambiente escolar varia de uma escola para outra, a fim de atender as diferentes necessidades das faixas etárias, níveis e modalidades de ensino ali oferecidas.

Como os meios físico e social contribuem significativamente para o desenvolvimento humano, a reflexão e estudos, sobre essa organização e o clima em que as relações se dão, devem ser dinâmicos e flexíveis, promovendo a mobilização e atenção de todos. (Op.cit,2009 p48)

### **3.8. LIDERANÇA ESTUDANTIL**

Acreditando que a escola é um espaço privilegiado para o exercício da democracia e este passa pelo pressuposto da participação como forma de fortalecimento do convívio social onde se respeita direitos e deveres estabelecendo normas e regras para as ações do espaço escolar, é que se instituiu a Liderança Escolar com o objetivo de fomentar a participação dos educandos nas decisões da escola e também favorecer o surgimento de lideranças entre os jovens. (PPP, 2009, p 53)

Não existe uma organização de educandos como grêmio estudantil, mas a participação discente na gestão da escola é através do Conselho Deliberativo com a representatividade de alguns educandos e liderança de sala. Até o ano de 2011 havia eleição para vereador mirim, mas esse projeto acabou com a retirada da alternância.

## **CAPÍTULO IV**

### **PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NA ESCOLA**

Neste capítulo apresentaremos e analisaremos os dados coletados na Escola Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira, através de questionários respondidos por educandos e pais de educandos da escola. Este instrumento foi utilizado para avaliar se a prática aplicada no dia a dia condiz com a teoria apresentada no PPP da escola.

Como foi apresentado no Capítulo 01, na Escola Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira, estão matriculados 219 educandos no Ensino Fundamental, Ensino Médio e no EJA. No total, 118 educandos responderam o questionário, sendo 12 educandos do 5º ano; 16 educando do 6º ano; 16 educandos do 7º ano; 16 educandos do 8º ano; 16 educandos do 9º ano do Ensino Fundamental, e 16 educandos do 1º ano; 16 educandos do 2º ano e 10 educandos do 3º ano do Ensino Médio. No entanto ficaram 101 educandos sem serem entrevistados. Educandos esses que são do Pré ao 4ºano, do Ensino Fundamental e os educandos do EJA. Responderam os questionários 54 homens e 64 mulheres Os educandos. Em relação à idade, 92 educandos variam de 12 a 16 anos e 26 educandos entre 17 e 20 anos. Portanto do universo de 219 estudantes obteve-se uma amostra de 54%.

**TABELA 01 – UNIVERSO PESQUISADO**

<b>Série/ Ano</b>	<b>Estudantes Matriculados</b>	<b>Questionários Respondidos Pelas famílias</b>	<b>Questionários Respondidos em porcentagem</b>
Alf.	17	0	-
1º Ano	16	0	-
2º Ano	13	0	-
3º Ano	18	0	-
4º Ano	17	0	-
EJA	20	0	-
5º Ano	12	12	100%
6º Ano	16	16	100%
7º Ano	16	16	100%
8º Ano	16	16	100%
9º Ano	16	16	100%
1º Ano/E.Médio	16	16	100%
2º Ano/E.Médio	16	16	100%
3º Ano/E.Médio	10	10	100%
<b>TOTAL</b>	<b>219</b>	<b>118</b>	<b>100%</b>

Fonte: dados da pesquisa (2013). Elaboração própria.

A elaboração destes questionários teve como objetivo principal conhecer mais profundamente como os educandos e suas famílias se sente em relação às atividades escolares. A escola precisa estar ligada com a vida. Através destes questionários e observações feitas nos últimos anos, analisaremos se a teoria está sendo aplicada na prática, pois como pudemos analisar no decorrer dessa pesquisa, a Educação do Campo ocorre não somente nas salas de aula, mas também em todos os momentos, pois todos os ambientes são educativos, por isso é tão importante a opinião dos pais e educandos, e a escola deve envolver os mais diferenciados saberes da comunidade com suas práticas pedagógicas.

**TABELA 02 - Participação da família na Escola**  
**Questionário respondido pelas famílias (pais e estudantes da escola)**

<b>A família participa das Assembleias?</b>		
<b>Alternativas</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem</b>
Sempre	<b>47</b>	<b>40%</b>
Muitas vezes	<b>38</b>	<b>32%</b>
Poucas vezes	<b>25</b>	<b>21%</b>
Nunca	<b>08</b>	<b>7%</b>

Fonte: dados da pesquisa (2013). Elaboração própria.

Analizando a tabela 02 podemos perceber que 72% das famílias (os pais) responderam que participam das Assembleias (sempre e muitas vezes) e 28% não participam. Neste sentido vale a pena ressaltar que a maioria dos pais dos educandos está participando das assembleias, o que demonstra que a escola Jorge Carlos Ferreira está envolvendo a comunidade, valorizando a participação dos pais nessas atividades.

No início da criação da escola em 1999, a participação dos pais era menor. Essa realidade mudou com a implantação da proposta da Educação do Campo e as metodologias que os educadores vêm utilizando nas salas de aula. Isso tem feito com que os pais se envolvam e colaborem mais com as questões ligadas à escola. Os pais ao perceberem que seus filhos tem tido maior desenvolvimento, devido principalmente aos projetos que a escola está proporcionando, passaram a participar mais ativamente do contexto escolar e essa participação faz com que os educandos se motivem, melhorando seu processo educativo.

**TABELA 03 – Participação das famílias nas reuniões da escola**  
**Questionário respondido pelas famílias (pais e estudantes da escola)**

<b>A família participa das reuniões de pais e festas na escola?</b>		
<b>Alternativas</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem</b>
Sempre	<b>53</b>	<b>45%</b>
Muitas vezes	<b>48</b>	<b>41%</b>
Poucas vezes	<b>12</b>	<b>10%</b>
Nunca	<b>05</b>	<b>4%</b>

Fonte: dados da pesquisa (2013).Elaboração própria.

De acordo com a tabela 03, pode-se constatar que 86% das famílias participam das reuniões de pais (sempre e muitas vezes), o que demonstra a grande participação dos pais. Isso é interessante para a escola e para o desenvolvimento da aprendizagem dos educandos, pois são nessas reuniões que ocorrem apresentações dos alunos e são organizadas festas por turmas, de acordo com as datas festivas anuais e também entrega de boletins. Com o envolvimento dos pais na escola os alunos são incentivados a desenvolverem suas atividades com mais empenho, fazendo com que aumente o interesse deles, melhorando os resultados no aprendizado.

**TABELA 04 – Participação da família na elaboração do PPP**  
**Questionário respondido pelas famílias (pais e estudantes da escola)**

<b>A família participa da elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola</b>		
<b>Alternativas</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem</b>
Sempre	<b>08</b>	<b>7%</b>
Muitas vezes	<b>11</b>	<b>9%</b>
Poucas vezes	<b>17</b>	<b>14%</b>
Nunca	<b>82</b>	<b>70%</b>

Fonte: dados da pesquisa (2013). Elaboração própria.

A reflexão feita da tabela 04, sobre a participação dos pais na elaboração do Projeto Político Pedagógico, demonstra que apenas 16% responderam (sempre e



muitas vezes) que participam e a maioria não. Muitos dos entrevistados não sabem exatamente o significado do PPP da escola, e por isso não consideram importante sua participação em sua elaboração. Outro problema é que a escola não demonstrou à tamanha a importância do envolvimento da comunidade na construção do PPP.

As mudanças que vem acontecendo com a implantação da Educação do Campo e as discussões proporcionados pelos educandos do curso da Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), da UnB, fizeram com que os educadores repensassem as estratégias de envolvimento da comunidade, mas que ainda está somente na teoria, como podemos verificar através das respostas na tabela acima.

**TABELA 05 – Participação das famílias nos momentos festivos na comunidade**  
**Questionário respondido pelas famílias (pais e estudantes da escola)**

<b>A família participa dos momentos festivos na comunidade?</b>		
<b>Alternativas</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem</b>
Sempre	<b>54</b>	<b>46%</b>
Muitas vezes	<b>27</b>	<b>23%</b>
Poucas vezes	<b>25</b>	<b>21%</b>
Nunca	<b>12</b>	<b>10%</b>

Fonte: dados da pesquisa (2013). Elaboração própria.

Na tabela 05 do questionário aplicado para os educandos se refere à participação dos pais em festas que são realizadas na comunidade. 69% responderam que participam (sempre e muitas vezes) e 31% responderam que não. Geralmente essas festas são organizadas e realizadas por comunidades religiosas, o que impede a socialização de todos em uma mesma festa.

A escola não tem participação ativa nesses eventos por que os educandos pertencem a várias religiões e cada grupo realiza suas atividades e apresentações em suas festas específicas.

Assim verificamos que certas dificuldades entre pais, escola e comunidade acontecem devido a não socialização comunitária em momentos de festividades que são momentos de relações culturais e afetivas.

**TABELA 06 – Visitas dos professores às famílias**  
**Questionário respondido pelas famílias (pais e estudantes da escola)**

<b>As famílias recebem visitas dos (as) professores (as)</b>		
<b>Alternativas</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem</b>
Sempre	<b>02</b>	<b>2%</b>
Muitas vezes	<b>02</b>	<b>2%</b>
Poucas vezes	<b>10</b>	<b>8%</b>
Nunca	<b>104</b>	<b>88%</b>

Fonte: dados da pesquisa (2013). Elaboração própria.

A tabela 06 mostra que 96% das famílias não estão recebendo visitas dos professores, e essa diferença aponta uma das contradições que existe no PPP, pois o mesmo garante o:

**Trabalho Monitorado** é aquele em que o professor irá para o campo visitar os alunos onde se reunirão em grupos previamente definidos. Essas visitas se darão de forma alternada de tal modo que todos os que pertencem a esse grupo recebam essas visitas e para que o professor possa conhecer as famílias de todos os alunos (PPP, 2009, p. 39).

O envolvimento das famílias com os educadores é fundamental para o bom desenvolvimento educativo, pois “Socializar, trocar as experiências vivenciadas mostra-se como oportunidade impar para dialogar com processos de construção diferenciados” (PPP, 2009, p. 47). Essa relação entre família e escola é muito importante, por isso a secretaria de educação precisa viabilizar meios para que educadores possam estar visitando os moradores e conhecer melhor o dia a dia dos educandos, compreendendo sua realidade e como ela interfere em seu desempenho escolar.

Muitas vezes o mau comportamento dos educandos no ambiente escolar é um reflexo dos acontecimentos que vem ocorrendo em sua casa, são vários problemas, emocionais, alimentares, financeiros, etc. que prejudicam seu desenvolvimento, e quando não há esse reconhecimento por parte dos educadores

o que normalmente ocorre é a condenação do educando, atribuindo a ele a culpa por ele não estar interessado em estudar, em querer atrapalhar os outros, etc.

Avaliando a realidade da escola hoje em dia, percebemos que são necessárias reformas no calendário escolar e no PPP e principalmente uma formação adequada para os professores, garantindo que a visita às casas seja formativa, buscando envolver aulas práticas com as teorias.

Para melhorar essa situação, nós educandos do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), em reuniões pedagógicas, debatemos sobre a possibilidade dos educadores se organizarem procurando meios de entender melhor a realidade dos educandos. A partir dessas reuniões surgiu a ideia de elaborarmos um questionário para que os educandos respondam sobre sua convivência dentro de casa, desde sua alimentação até suas relações afetivas e educacionais.

**TABELA 07 – A participação das famílias nos mutirões**  
**Questionário respondido pelas famílias (pais e estudantes da escola)**

<b>A família participa dos mutirões da Escola?</b>		
<b>Alternativas</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem</b>
Sempre	<b>15</b>	<b>13%</b>
Muitas vezes	<b>18</b>	<b>15%</b>
Poucas vezes	<b>26</b>	<b>22%</b>
Nunca	<b>59</b>	<b>50%</b>

Fonte: dados da pesquisa (2013). Elaboração própria.

Como podemos perceber na Tabela 07 acima, é pequena a participação das famílias nos mutirões da escola, apenas 31% dos pais participam, enquanto 72% não se envolvem. Os primeiros mutirões são realizados no começo das aulas, para limpeza geral da escola. São convocados todos os educandos e pais para participarem, porém alguns pais não concordam em deixar seus filhos trabalharem na escola. A escola fornece alimentação e transporte para os que participam dos mutirões, são organizados grupos e divididos os trabalhos entre eles. A escola tem desenvolvido vários projetos como a horta escolar, piscicultura, viveiro de mudas

para reflorestamento e outras atividades relacionadas com a vida do campo, que também necessitam de mutirões para serem realizados, mesmo assim o envolvimento dos pais ainda é pequeno.

Esses mutirões são muito importantes, pois possibilitam a realização dos projetos na escola, como, por exemplo, o do reflorestamento da comunidade e das nascentes. Esses momentos envolvem educador e os educandos, colocando em prática as teorias. Com estas ações, em menos de quatro anos a maioria das nascentes do assentamento pôde ser reflorestada, o que mostra que os projetos vêm dando certo, demonstrando a importância desses mutirões.

O que está faltando é a articulação da escola quando se reúne com os pais, valorizando a importância deles nos mutirões que estão relacionados com as atividades escolares. Uma das possibilidades para reverter esse quadro é criar um banco de dados com informações sobre todos os projetos que a escola vem trabalhando e repassar para os pais nos dias das reuniões e nas visitas dos educadores nas propriedades, isso provavelmente pode aumentar o interesse e a participação da comunidade nos mutirões.

Portanto, ainda é um desafio para Escola Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira. Proporcionar momentos de reflexão com os pais, educandos, e educadores enfim, todo o quadro de funcionários existente para dialogar sobre qual é o papel da escola, no sentido de contribuir com a organização da comunidade. Estabelecer um vínculo maior com a realidade e mostrar a relação entre os modos de produzir conhecimento relacionado à agricultura e a vida camponesa. Este diálogo contribui para proporcionar as múltiplas aprendizagens entre os diversos saberes realizados a partir da práxis do conhecimento empírico e a ciência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a realidade histórica do Assentamento Pontal do Marape, que passou por inúmeros conflitos internos e lutas pela sobrevivência das famílias neste território, percebe-se que há a pedagogia de resistência e permanência de seus sujeitos, que acreditam na possibilidade de poderem mudar a sua respectiva realidade seja, no aspecto social ou no aspecto escolar. Desta forma, falar das práticas pedagógicas da Escola Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira, se fez necessário para dar visibilidade do contexto histórico em torno da implantação da alternância.

Neste sentido, através da abordagem percorrida nesta pesquisa, percebemos a importância da Educação do Campo e do diálogo entre a comunidade e a escola. Portanto, faz-se necessário fortalecer esta relação, para que onde ambos possam perceber o quanto é importante haver unidade e cooperação entre esses dois segmentos. A escola, bem como o assentamento são conquistas históricas de toda a comunidade, portanto, não pode ser perdida da memória de seus protagonistas, que são responsáveis pelo processo educacional que não se restringe somente ao ensino entre quatro paredes.

Nesse sentido, a compreensão dos processos produtivos e dos processos culturais formadores dos sujeitos que vivem no campo é ferramenta fundamental para a construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo. Portanto o grande desafio é construir uma matriz pedagógica, que não se feche numa dimensão de especialidades dentro das séries ou disciplinas. O currículo precisa dar conta de especificidades, mas não perder com isso, a visão ampla, não pensar apenas o específico, fragmentando o conhecimento. Superar as caixinhas das disciplinas é um desafio urgente a ser repensado, e construir alternativas educativas e de organização curricular que contemplem a transdisciplinaridade, a troca de saberes, somando-se a elementos gerais e específicos na construção do conhecimento.

Esta realidade só será mudada quando os conhecimentos científicos e os saberes populares estiverem juntos, incluídos no dia a dia da escola, ou seja, conhecimentos que partem dos sujeitos e não apenas conhecimentos e regras da escola para os sujeitos. Compreende-se que a escola é uma importante ferramenta

para fazermos a transformação da sociedade e para isto ela deve cumprir seu papel de incluir e não excluir. A escola deve estar ligada a vida, a realidade local e não apenas ensinar conteúdos padronizados e engessados. A escola deve conhecer a história de sua comunidade e dos sujeitos que ela recebe.

A Educação do Campo e no campo ocorre tanto em espaços escolares como fora deles. Envolve saberes, métodos, tempos e espaços físicos diferenciados. Portanto, não são apenas os saberes construídos na sala de aula, mas também aqueles construídos na produção, na família, na convivência social, na cultura, no lazer e nos movimentos sociais. A sala de aula é um espaço específico de sistematização, análise e de síntese das aprendizagens, se constituindo assim, num local de encontro das diferenças, pois, é nela que se produzem novas formas de ver, estar e se relacionar com o mundo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. Congresso Nacional. LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 9394\96.

Brasil. Conselho Nacional de Educação\ Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução nº 1 de 03 de abril de 2002.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação do Campo: Traços de uma identidade em Construção**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2002.

CARNEIRO, Maria José. **Juventude Rural: projeto e valores**. In: Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional. SP: Perseu Abramo. 2005.

CARNEIRO, Roberto. A educação intercultural. 2005. Disponível em: [www.oj.acidi.gov.pt/...Intercultura/4\\_PI\\_Cap3.pdf](http://www.oj.acidi.gov.pt/...Intercultura/4_PI_Cap3.pdf). Acesso em 12 de outubro de 2013, às 13:00 hs.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MEC. CADERNO DE SUBSÍDIOS: **Referências para uma política nacional de Educação do Campo**, 2ª ed. Brasília, 2005.

MEC\SECAD. **Programa saberes da Terra: Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos integrada com qualificação social e profissional para agricultores (as) familiares**. Brasília, 2005.

MOLINA, Mônica Castagna. e FREITAS, Helena Célia. **Avanços e desafios na construção da educação do campo**. In CALDART. Brasília, DF: V. 24, n.85, p. 31, abril. 2011.

PASQUALINE, Tânia Tereza. **EMENTA: Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo. PARECER N. 202-B/2003**. Cuiabá, MT: CEB/CEE/MT, 2003.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PPP, **Projeto Político Pedagógico da Escola do Campo Jorge Carlos Ferreira** - Lei de Criação: nº 508/99 de 18 de maio de 2009.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **Construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil. Ensino Médio e Educação Profissional**. Brasília: Universidade de Brasília – UnB, 2004. (Tese de Doutorado)

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **Orientações Curriculares para a educação do campo no estado de Mato Grosso**. Cuiabá, MT: Secretaria de Estado de Educação

do Mato Grosso/ Secretaria Adjunta de Políticas Educacionais/Superintendência de Diversidades Educacionais. 2007.

RECK, Jair. **Novas Perspectivas para Educação do Campo em Mato Grosso, contexto e concepções: (Re) Significando a aprendizagem e a vida**. Cuiabá, MT: Defanti, 2007.

ROCHA. Eliene Novaes. Et all. **Educação do campo: Um olhar panorâmico**. 2011. Disponível em: <http://www.slideshare.net/Dudetistt/artigo-ed-do-campomdulo>. Acesso em 10 de Outubro de 2013, as 14:00 hs.

SILVA, Maria do Socorro. **Educação do Campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da história**, 2004 mimeo.

TAFAREL, Celi Zulke. MOLINA, Mônica Castagna. **Dicionário da Educação do Campo. Política Educacional e Educação do Campo**. P. 571-578, 2012.



## APÊNDICE

### Questionário 01 – Respondido por professores, estudantes, pais e/ou responsável.

- 1) Como está se desenvolvendo a educação do campo na escola Jorge Carlos Ferreira? Por quê?
- 2) Em sua opinião quais as características de uma escola do campo?
- 3) Como você identifica estas características na escola Jorge Carlos Ferreira?
- 4) Como a realidade dos alunos é trabalhada em sala de aula?

### Questionário 02 – Respondido por estudantes<sup>3</sup>

#### 1. Identificação

##### a) Nível de Ensino

Ensino Fundamental: 1º ( ) , 2º ( ) 3º ( ) 4º ( ) 5º ( ) 6º ( ) 7º ( ) 8º ( ) 9º ( )

Ensino Médio: 1º ( ) , 2º ( ) 3º ( )

EJA: ( )

b. **Sexo:** ( ) masculino ( ) feminino

c. **Idade:** ( ) 12 a 16 ( ) 17 a 20 ( ) 21 a 25 ( ) acima de 26

#### 2. Participação da família na Escola

a. A família participa das Assembleias

( ) sempre ( ) muitas vezes ( ) poucas vezes ( ) nunca

b. A família participa das reuniões de pais

( ) sempre ( ) muitas vezes ( ) poucas vezes ( ) nunca

c. A família participa da elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola

( ) sempre ( ) muitas vezes ( ) poucas vezes ( ) nunca

d. A família participa dos momentos festivos na Escola

( ) sempre ( ) muitas vezes ( ) poucas vezes ( ) nunca

e. A família recebe visita dos(as) professores(as)

( ) sempre ( ) muitas vezes ( ) poucas vezes ( ) nunca

f. A família participa das reuniões da Escola

( ) sempre ( ) muitas vezes ( ) poucas vezes ( ) nunca

Quais: \_\_\_\_\_

g. A Escola se envolve com as atividades da Comunidade

( ) sempre ( ) muitas vezes ( ) poucas vezes ( ) nunca

Quais: \_\_\_\_\_

<sup>3</sup> Este questionário foi elaborado a partir dos questionários de Queiroz, 2004.

## JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O Projeto Político Pedagógico deve estar pautado na própria realidade comunitária, atendendo com maior facilidade as dificuldades e interesses dos alunos, buscando diminuir a evasão e a repetência e oferecer o ensino e a aprendizagem de qualidade. Uma organização nova e dinâmica que estimule a prática cooperativa entre todos os educadores, alunos analisando o passado para organizar o presente.

Os problemas que envolvem a escola pública são extremamente complexos e se quisermos construir uma instituição e qualidade necessitamos de linhas norteadoras e acreditamos que Deming esclarece bem o que pensamos:

- Quanto maior for a qualidade menores serão os custos de produção
- A qualidade deverá ser buscada a cada passo do processo...
- A escola deve perseguir firmemente os seus propósitos assim todos se sentirão mais seguros e motivados.
- É preferível o trabalho em equipe que o individual
- As pessoas podem produzir melhor se não se sentirem coagidos a alcançar metas.
- Em vez de chefes, precisa-se de líderes
- Quebrem as barreiras entre os escalões hierárquicos e as paredes que separam as pessoas.
- Eliminam o medo no trabalho. Fermentam o orgulho pelo trabalho bem feito.
- Persigam o aperfeiçoamento constante. Por melhor que esteja um processo, ainda pode ser aperfeiçoado Segundo Moacir Godoti “O projeto da escola depende da ousadia de seus agentes e de cada escola em se assumir como tal, partindo da cara que tem, seu cotidiano seu tempo, espaço, isto é o contexto histórico em que ela se insere. Não é a mudança de teoria que melhora a escola é a construção e reconstrução constante de seu cotidiano.

Todo Projeto sempre supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro... quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa numa relação dialética. As promessas tornam visíveis os campos de ações possíveis, comprometendo seus atores e autores. (Veiga)

Sendo assim o PPP está sustentado na idéia de que a escola deve assumir como uma de suas principais tarefas, o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa. Nesse sentido é interessante alcançar o conceito de autonomia, enfatização a responsabilidade de todos sem deixar de lado os outros níveis da esfera administrativa educacional.

A autonomia direciona maior responsabilidade as comunidades escolares de se organizarem, de repensarem sobre a qualidade do trabalho que estão em suas mãos bastando que se mobilizem, se estruturam, partindo da sua história e fortalecendo a construção dessa mesma história

Finalizando um estabelecimento de ensino é um organismo vivo e dinâmico, estando para tal aberto a mudanças e adaptações à sociedade. Para que isto aconteça, temos que estar embasado em um paradigma globalizador e dialético voltado para uma concepção conjunta onde não existem só EU e o VOCÊ, e sim o NÓS.

Melhorar a qualidade da educação pública é, pois, dever de todos os envolvidos com ela.

## INTRODUÇÃO

Esta Proposta Pedagógica define linhas gerais para a prática educativa dentro dos princípios filosóficos, políticos e pedagógicos adotados, caracterizando-se como ponto norteador de todas as ações educativas da escola.

A definição política se realiza enquanto prática pedagógica, comprometida com o aluno, agente ativo e transformador desta sociedade, e a dimensão pedagógica no sentido de se efetivar ações que cumprirão os propósitos e suas intencionalidades.

Não se trata apenas do currículo como grade curricular, mas currículo constituído, portanto a partir de um conjunto de constatações e estratégias que orientam a prática pedagógica, construído, partilhado e efetivado pelo grupo de pessoas envolvidas no processo educativo.

A Escola Municipal Jorge Carlos Ferreira tem como objetivo desenvolver no aluno seu senso crítico, sua criatividade, autoconfiança, solidariedade, responsabilidade, buscando continuamente seu crescimento pessoal, cultural, científico e social, visando a cidadania.

Para a concretização dessa filosofia, elaborou-se esta proposta pedagógica, sustentada por um conjunto de idéias básicas que explicitam a identidade da educação do nosso município, tendo por missão: “servir como ponto referencial de construção e reconstrução do saber sistemático, formando cidadãos com competência e compromisso para contribuir qualitativamente, nas mudanças na sociedade.”

As principais linhas de ação na construção do conhecimento são:

- Concepção de ensino e aprendizagem como dinâmicos, processuais e ancorados no conhecimento prévio do aluno e de sua realidade
- Revisão permanente para atualização dos conteúdos programáticos e metodológicos, reformulando-os frente ao progresso, às necessidades dos alunos e às exigências oriundas dos problemas sociais, políticos, econômicos e culturais da realidade local e da sociedade em geral.
- Avaliação permanente e replanejamento das ações efetivas e adequadas às necessidades do ensino aprendizagem.

## CONCEPÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

*“ O indivíduo que desenvolve a capacidade de pensar e de encontrar soluções para os problemas, é aquele que realmente aprende a aprender e que pode buscar seus próprios conhecimentos ”. DELVAL (1998).*

Refletindo todo o histórico educacional as muitas leituras feitas, valendo-nos também de explicações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), (Brasil, 2001) entendemos que ao definir a Proposta Pedagógica Norteadora da Escola Municipal Jorge Carlos Ferreira, significa identificar a concepção de ensino e aprendizagem, compreender o papel do educador e do aluno, a metodologia, a função social da escola e dos conteúdos a serem trabalhados. Ao falarmos dessas questões, emergem essencialmente os pressupostos, que regem a nossa prática educativa e que revelam as opções didáticas idealizadas e praticadas.

Conforme sugerem os PCNs, entendemos que a escola é um espaço de formação e informação, onde os conteúdos precisam ser significativos, contextualizados e ampliar a compreensão e participação do aluno na sua realidade e em outras, nos aspectos social, moral, afetivo e intelectual.

Damos muita importância à participação dos alunos em práticas variadas que estimulem o desenvolvimento e aquisição de conceitos, fatos, procedimentos e atitudes que contribuirão para o diálogo com o meio social. Queremos que eles aprendam a conhecer a si mesmos, percebam o próprio corpo e cuidem autonomamente dele, que respeitem e sejam respeitados, ouçam e sejam ouvidos, reivindiquem seus direitos e cumpram seus deveres. Esperamos que lidem criativamente com os problemas, participando ativamente da vida social, política, econômica e cultural em sua comunidade, município, país e mundo.

O desenvolvimento de todas essas capacidades é proposto em meio à construção e reconstrução do conhecimento, em que cada um, a partir dos saberes já possuídos ressignifica o próprio processo de aprendizagem, através da experimentação e interação com os outros e com o próprio objeto de conhecimento.

Entendemos a inteligência como apropriação, a aprendizagem como processo e reconhecemos os mecanismos cognitivos pelos quais as pessoas, adultos e crianças reformulam as representações internas dos conhecimentos ao assimilá-los e abstraí-los.

Trata-se de um desenvolvimento estrutural que implica ao aluno sentir, pensar, viver e conviver e ao educador, potencializar todas essas relações, percepções e descobertas.

## METODOLOGIA

Metodologia é uma preocupação instrumental, cuidar dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. Ela desenvolve portanto a preocupação em torno de como chegar, captar e manipular a realidade.

A construção de um método de trabalho possibilita uma organização do trabalho pedagógico mais eficiente e mais consciente também.

Qualquer trabalho desenvolvido pelos alunos devem necessariamente passar por três dimensões distintas:

- Sentimento – “o que sei e o que não sei” sobre o assunto.
- Rede conceitual – o que aprendi (Pesquisa)
- Práxis – o que vou fazer “Ação” (De acordo com “União faz a Vida”)

O Ensino Fundamental deve assegurar a todos a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, assentando-se nos seguintes pilares:

- Desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.
- Compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.
- O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores.
- O fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida Social. (Art. 32)

A prática escolar voltada para o exercício da cidadania se distingue de outras práticas educativas por ser uma ação intencional, sistemática e planejada.

Nas novas relações do conhecimento com o trabalho exige das pessoas capacidade de iniciativa que se sustenta no “aprender a aprender”. Sendo assim a educação básica tem a função de garantir condições para que o aluno construa instrumentos que o capacitem para um processo de educação permanente.

Para tanto a metodologia a ser aprendida pelos alunos e priorizada pelos professores deve ser o de:

- Priorizar a construção de estratégias de verificação e comprovação de hipóteses na construção do conhecimento.
- Construir argumentação capaz de controlar os resultados
- Desenvolver o espírito crítico (capacidade de análise)
- Compreensão dos limites e alcances lógicos possíveis
- Estimulo a autonomia do sujeito, desenvolvendo o sentimento de segurança em relação à sua própria capacidade.

Em relação a este último item que se refere a autonomia é importante a aprendizagem de determinados procedimentos e atitudes tais como planejar a realização de uma tarefa, identificar formas de resolver um problema, formular boas perguntas e boas respostas, levantar hipóteses e buscar meios, verificá-las, validar raciocínio, resolver conflitos, cuidar da própria saúde e da de outros, colocar-se no lugar do outro para melhor refletir sobre uma determinada situação, considerar as regras estabelecidas. Procedimentos e atitudes dessa natureza são objeto de aprendizagem escolar a qual a escola deve ensina-las a planejar sistematicamente. (PCN. Volume 1)

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **PARTICIPAÇÃO NA VIDA SOCIAL**

Saber conviver é saber viver com outras pessoas, na família, na escola, ou em qualquer outro lugar. A escola tem papel fundamental no processo de formação humana. Ela se constitui num espaço no qual se encontra os mais diversos contextos sócio-histórico-culturais, ou seja, lugar de vivências, conflitos, encontros, disputas, realizações, crescimento, vida em grupo e construção do conhecimento. Conhecer e vivenciar, os diferentes grupos sociais, buscando compreender como se relacionam e como se organizam, possibilita que o aluno construa as habilidades necessárias para aprender a ser, e a conviver. Nesse sentido, sugerimos, que sejam construídas com os alunos as seguintes capacidades:

- Aprender a trabalhar em grupo, respeitando as individualidades e construindo um coletivo;
- Reconhecer e respeitar os valores, sentimentos e idéias do outro nos espaços de convivência social, em suas diversas formas de expressão, respeitando opiniões diversas;
- Desenvolver a capacidade de ouvir, opinar, argumentar e registrar coletivamente, reconhecendo e expressando suas idéias, sentimentos e valores, utilizando diferentes linguagens;
- Respeitar as diferenças de gênero, idade, religião, etnia, opiniões políticas etc.;
- Ter iniciativas individuais e desenvolvê-las dentro de um processo grupal;
- Participar de atividades que possibilitem a construção coletiva de regras e que promovam a cooperação;
- Reconhecer a importância do envolvimento da família e seu processo de formação na escola;
- posicionar-se de maneira crítica diante das diversas situações vivenciadas.

### **ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA**

Saber organizar-se para o desenvolvimento do trabalho pedagógico é fundamental: organizar rotinas, definir prioridades, pensar tempos e espaços adequados às necessidades do momento, o material a ser utilizado... Este processo possibilita que os alunos construam sua autonomia na medida em que, ao longo de sua escolaridade, exercitam esse fazer (escutando, seguindo e construindo orientações, desenvolvendo uma atividade de forma individual ou coletivamente, discutindo e debatendo um assunto, desenvolvendo procedimentos para resolver problemas) ao mesmo tempo em que se organizam para apresentar suas conclusões e sínteses de maneira organizada e clara. Para tanto, é necessário desenvolver com os alunos as capacidades de:

- Construir e desenvolver coletivamente uma proposta de trabalho;
- Participar da proposta de trabalho, tendo autonomia para se posicionar perante o grupo, responsabilizando-se pelo seu cumprimento e avaliação;
- Saber agir em diversas e inesperadas situações;
- Apresentar o trabalho realizado, com organização, clareza e precisão;
- Saber registrar uma proposta de trabalho e analisá-la criticamente;
- Organizar-se com autonomia para realizar as atividades propostas.

## TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

O tratamento da informação, aqui entendida como um conjunto de recursos utilizados para acessar informações, compreendê-las, questioná-las, seleciona-las, organiza-las, produzindo novas informações. É preciso, portanto:

*“desenvolver nos alunos a capacidade de pensar e de organizar as informações que recebem, de buscar o seu sentido, ampliando sua capacidade de analisar a realidade e de inserir-se nela de forma crítica e criativa.” (GEDH, 2001)*

No mundo contemporâneo, em que a velocidade da produção do conhecimento e o avanço da tecnologia da comunicação são tão rápidos, já não se pode centrar apenas no conhecimento socialmente produzido e acumulado pela humanidade, mas principalmente no desenvolvimento de habilidade e competências que garantam ao aluno o direito de acesso à informação e a capacidade de processá-la, atribuindo-lhe significados e valores.

Cabe portanto à escola organizar atividades e mobilizar recursos e meios para que o aluno seja capaz de:

- Desenvolver a curiosidade através da análise objetiva das informações recebidas;
- Problematicar o cotidiano, ampliando a capacidade de buscar informações de forma reflexiva;
- Identificar e trabalhar com as diversas fontes de informações;
- observar, descrever e definir os procedimentos para a busca e organização da informação;
- Saber distinguir o que é essencial e o que é secundário numa informação;
- Dotar de sentido e significado as deferentes informações recolhidas em qualquer atividade sabendo extrapolar e construindo posições diante das mesmas;
- Desenvolver atitudes crítica perante a informação veiculada pelos meios de comunicação e dos próprios fatos, verificando sua pertinência.

## PROCESSOS PEDAGÓGICOS

É importante lembrar que alguns processos são fundamentais para a construção de conhecimentos. É necessário, ainda, enfatizar que cada um deles precisa ser trabalhado considerando os desafios e possibilidades de desenvolvimento de cada idade de formação. Saber resolver problemas, observar, pesquisar, registrar, debater e vivenciar a cultura são procedimentos fundamentais para o desenvolvimento do sujeito.

### 1 - Resolução de Problemas

O ser humano está sempre resolvendo problemas nas mais diversas situações e é por senti-se desafiado a todo instante que produz conhecimento.

Resolver problemas, como um processo pedagógico, pressupõe que o aluno elabore um ou vários procedimentos de resolução (como por exemplo, realizar simulações, fazer tentativas e formular hipóteses), compare seus resultados com os de outros alunos valide ou não seus procedimentos.

“Dentro do processo escolar, o professor tem a função fundamental no sentido de criar situações desafiadoras, geradoras de dúvidas e curiosidade nos alunos. E de subsidiar o processo através de informações, recursos que auxiliem os alunos a estabelecerem relações e tirarem conclusões prontas, o professor deve ser alguém que coloca os problemas adequados aos alunos e os auxilia no processo de resolução.” (PVN, Introdução, 2001)

## **2 - Observação**

Observar é uma característica das pessoas, sendo construída ao longo do seu processo de formação, exigindo uma atitude ativa do observador. Mas observar não significa apenas ver, e sim, buscar aquilo que se pretende encontrar, usando todos os sentidos e exercitando o olhar.

Por que é necessário focalizar o olhar? Olhar sem pauta dispersa. Olhar pesquisador tem planejamento prévio da hipótese que se vai perseguir durante a aprendizagem.

A habilidade de observação é um ponto central no processo de aprendizagem e deve ser incentivada como forma de desenvolver a sensibilidade e a percepção dos alunos.

É necessário que o professor proponha desafios que motivem os alunos a buscar os detalhes de determinados objetos e situações, para que os mesmos sejam percebidos de modo cada vez mais completo e diferente do habitual. Portanto, a observação é um procedimento guiado pelo professor, previamente planejado por ele junto com os alunos, não esquecendo de sistematizar os dados colhidos através de registros.

## **3 - Pesquisa**

As necessidades e demandas de cada idade de formação são específicas. No processo de construção de conhecimento os alunos precisam ser desafiados a pensar, refletir e a propor soluções para questões e problemas que a realidade lhe coloca dentro e fora da escola. Por meio da investigação, alunos e professores se vêm num rico processo de trabalho onde todos decidem e constroem as respostas necessárias às questões apresentadas.

Nesta perspectiva, a escola passa a ser identificada como local de produção de conhecimento.

O aluno desenvolve durante o processo de pesquisa sua criatividade, levanta e reelabora hipóteses, sugere e propõe soluções e trabalha com as mais variadas fontes de informações, construindo o conhecimento de forma autônoma.

A pesquisa deve fundamentar a construção de uma ou mais respostas para os questionamentos. Essas respostas devem ser de algum modo registrado através de texto, álbum de fotografia, livro, vídeo, exposição, mural, etc. Cabe ao professor ser um mediador na construção dos procedimentos de investigação.



#### **4 - Trabalho de Campo**

O trabalho de campo é considerado um valioso processo pedagógico extra classe, oferecendo ricas e variadas possibilidades para tornar a aprendizagem mais significativa, possibilitando aos alunos vivência concreta do que está sendo estudado e discutido, além de contatos com outras realidades e pessoas.

Este processo desenvolve nos alunos a habilidade de observação do ambiente, hábitos de pesquisa e de coleta de dados.

É necessário haver um planejamento prévio, com objetos e procedimentos claros para o professor quanto para os alunos, alertando-os para o que se deve observar, garantindo assim a efetividade da atividade.

Durante e após o trabalho de campo é importante ressaltar a necessidade do registro, pois é através dele que o conhecimento é socializado e sistematizado.

#### **5 - Registro**

A prática de registrar nos leva a observar, comparar, selecionar e estabelecer relações entre os fatos e situações.

Todo aluno registra diariamente das mais variadas formas e com diversos objetivos. Registrar informações do objeto de estudo, através de anotações, atividades, relatórios, projetos, etc., é possibilitar que o sujeito tenha dimensão do seu próprio processo de construção do conhecimento.

No processo de aprendizagem, o registro nos leva a organizar idéias, reflexões, avaliação de informações transmitidas e recebidas, criando assim possibilidades de ordenação lógica de princípios que nos permitem estruturação e expansão do conhecimento.

É papel da escola desenvolver esta habilidade considerando que o registro amplia a memória e historiciza o processo, em seus momentos e movimentos.

Segundo Paulo Freire, o registro é um instrumento indispensável ao ato de educar. O registro ou relatório do professor lhe possibilita rever a prática e refletir sobre ela. É nesse momento de prática e reflexão que ele constrói os conhecimentos sobre sua profissão e sobre os caminhos que o aluno percorre na construção do conhecimento.

#### **6 - Debate**

É o momento da aprendizagem que favorece a incorporação de novos conhecimentos elaborados a partir do confronto de idéias.

Possibilita questionamentos e argumentações que envolvem explicitações e interpretações, seleção e organização de fatos, localização de informações no tempo, relacionado-as, relativizando as opiniões e desenvolvendo a criticidade.

## **7 - Vivências Culturais**

Os alunos que chegam á escola são sujeitos sócio-culturais com saberes e projetos de vida amplos ou restritos, conscientes ou não mas sempre existentes.

Atividades culturais significativas, momentos festivos e comemorativos durante o ano letivo envolvendo alunos, profissionais e comunidade devem ser inseridos no currículo na forma de vivências culturais, como parte dos processos formadores que se caracterizam por oportunidades de aprender conceitos, desencadear atitudes de troca, cooperação e convivência, saberes e interações coletivas.

## **8 - Socialização de Experiências**

A construção de conhecimento pelo ser humano é um processo entre os sujeitos é parte fundamental. Socializar, trocar as experiências vivenciadas mostra-se como oportunidade impar para dialogar com processos de construção diferenciados – o que propicia que cada sujeito seja desestabilizado em suas hipóteses.

O exercício da escuta, o trocar de olhares sobre processos vividos e a sistematização dos mesmos ampliam as capacidades para a construção de novos conhecimentos.

## **ORGANIZAÇÃO DO AMBIENTE ESCOLAR**

O ambiente escolar é composto essencialmente pelos aspectos físico e social, que devem ser organizados com o propósito de viabilizar as ações pedagógicas e administrativas.

No aspecto físico são fundamentais as ações que garantam a higiene, a organização de objetos, materiais de consumo, documentos, a segurança e a manutenção do prédio escolar.

O aspecto social deve contar com atitudes e procedimentos, que contribuam para a convivência entre todos os representantes da comunidade escolar, em especial ao aluno, assegurando-lhe a integridade física, mental e emocional e o desenvolvimento global e harmonioso.

É de fundamental importância a cooperação e o respeito entre os profissionais, desses com os alunos e dos alunos entre si. A base dessas relações está na explicação dos conflitos, no diálogo, na busca conjunta de soluções, na construção coletiva de regras que são extensivas a todos.

Com essa atmosfera de valorização das trocas, a participação dos alunos é extremamente ativa. Espera-se que eles tomem decisões, assumam responsabilidades e resolvam problemas, tendo como mediador o professor e demais profissionais da escola.

Nesse contexto, os erros e acertos são tratados como necessários no processo de construção do conhecimento e, portanto, os alunos são encorajados a dizer o que pensam sobre as coisas e levados através de questionamentos a reformularem suas idéias.

É importante ressaltar que a organização de todo o ambiente escolar varia de uma escola para outra, a fim de atender as diferentes necessidades das faixas etárias, níveis e modalidades de ensino ali oferecidas.

Como os meios físico e social contribuem significativamente para o desenvolvimento humano, a reflexão e estudos, sobre essa organização e o clima em que as relações se dão, devem ser dinâmicos, flexíveis, promovendo a mobilização e atenção de todos.

## AVALIAÇÃO

A avaliação deve ocorrer sistematicamente ao longo de toda a ação escolar, possibilitando ajustes constantes nos mecanismos de regulação de ensino e aprendizagem e fornecendo elementos para o planejamento da ação educativa.

A avaliação é processo contínuo e é uma espécie de mapeamento que vai identificando as conquistas e as dificuldades dos alunos em seu desenvolvimento. Ela é contínua por prolongar-se sem interrupções ao longo da ação escolar, por prosseguir de uma atividade para a outra, de um dia para o outro, desenhando uma linha de evolução dos progressos das crianças e refletindo a qualidade do trabalho docente na sala de aula e do trabalho educativo da escola, como coletivo bem organizado e participativo. Os resultados não são somados, mas integrados no “continuum” ação/avaliação/ação. Dessa forma, a avaliação tem um caráter investigativo e processual. Ao invés de estar a serviço dos resultados, passa a contribuir com a função social que é possibilitar a formação integral do aluno.

O processo de avaliação, criado pela escola, fornece dados para o aluno, para os educadores e para os pais, permitindo uma análise reflexiva do desenvolvimento da aprendizagem.

A avaliação, assim, precisa adequar-se à natureza desta aprendizagem, levando em conta não só os resultados das tarefas realizadas, o produto, mas também o que e como ocorreu o processo. Para isso, é preciso observar:

- Que tentativas a criança fez para realizar uma atividade?
- Que dúvidas manifestou?
- Como Interagiu com as outras crianças?
- Demonstrou alguma autonomia?
- Revelou progressos em relação ao ponto em que estava?

Os procedimentos avaliativos utilizados pela escola devem possibilitar a compreensão do processo de aprendizagem da turma, conhecer cada criança e suas necessidades e mostrar caminhos para uma intervenção, visando sua melhoria.

Entre os procedimentos podemos destacar:

- A observação;
- As provas;
- A auto-avaliação;
- Os trabalhos individuais e em grupo;
- Os relatórios;
- Os seminários;
- O envolvimento/Interesse

A avaliação tem por objetivo fornecer ao professor dados significativos sobre seus alunos. É importante, considerando a função diagnóstica da avaliação, que o professor reflita sobre:

- Quem são os alunos?
- Qual a realidade econômica e social destes alunos?
- Qual seu universo cultural?
- Que atividades realizam diariamente em casa, na vizinhança?
- Como é a realidade familiar dos mesmos?
- A que tipos de programas de televisão assistem?
- De quais atividades gostam?
- O que desejam fazer na escola?
- O que esperam da escola?

Essa reflexão pode ser feita, utilizando como instrumento, o diálogo como os alunos nas rodas de conversa, a observação do professor nas atividades em que simulam o seu dia – a – dia, teatros, entrevistas e questionários com os dados coletados para fundamentar o processo de avaliação.

A avaliação deverá acontecer também durante e ao final das atividades individuais e coletivas realizadas diariamente em sala de aula ou não, bem como ao final de projetos e processos pedagógicos desenvolvidos pela turma, por exemplo, os relatórios elaborados. Além destes momentos faz-se necessária a elaboração de uma síntese do processo de desenvolvimento global do aluno, quando serão utilizados os registros do caderno de registro ou campo. Os aspectos a serem registrados deverão ser construídos pelo grupo de educadores envolvidos com a turma, considerando os diversos aspectos do desenvolvimento da criança.

O modo de avaliar é parte do processo de ensinar e deve se basear no reconhecimento das pessoas envolvidas como sujeitos de seus próprios desejos.

A periodicidade de sua formalização será semestral levando em consideração os registros feitos pelos professores em forma de fichas que acompanham o dia a dia dos alunos e formalizado em pareceres anuais considerando as produções dos alunos, as suas investigações e o diálogo entre pais, educandos, educadores e funcionários com o objetivo de construir um quadro real do aluno.

## RECUPERAÇÃO

A recuperação será ofertada em forma de apoio pedagógico onde cada professor tem a sua disposição uma carga horária destinada a esse trabalho

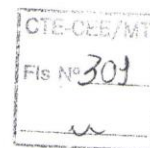
Tem como objetivo proporcionar aos alunos que demonstrem rendimento insuficiente a oportunidade de melhoria de aproveitamento, a recuperação de estudos, acontecendo no tempo escola devendo seguir os seguintes princípios:

- Retomada de conteúdos quando necessário;
- Atendimento nas dúvidas;
- Exercícios adicionais de compreensão;
- Atendimento individual;
- Tarefas de reforço;

**OBS.:** OS ALUNOS EM DEPENDENCIA (REGIME SERIADO) AUTOMATICAMENTE FARÃO PARTE DESSE PROGRAMA O ATENDERÁ NAS DISCIPLINAS EM DEPENDÊNCIA.



**ESTADO DE MATO GROSSO  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**



<b>INTERESSADA:</b> Escola Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira – Nova Mutum/MT		
<b>ASSUNTO:</b> Credenciamento para a oferta da Educação Básica e Renovação de Autorização para oferta do Ensino Fundamental na modalidade Educação do Campo e Convalidação dos estudos realizados nos anos de 2006 a 2009.		
<b>RELATOR:</b> Consª Maria Aparecida Lourenço		
<b>PROC. Nº</b> 656123 e 781538/09-CEE/MT	<b>PARECER - CEB Nº</b> 199/2010	<b>APROVADO EM:</b> 12.04.2010

## I – HISTÓRICO

A Escola acima citada está localizada no PA Pontal do Marape – Zona Rural, município de Nova Mutum, CEP 78.450-000, telefone (65)9933-8994. Encontra-se sob a Gestão de Gilmar Zacarias de Godoi. Tem como mantenedora a Prefeitura de Nova Mutum, inscrita no CNPJ sob o nº 03.507.415/0008-10. Possui ato anterior de Credenciamento para a oferta da Educação Básica através da Resolução 384/04-CEE/MT art. 44, vencido em 31/12/2005. Possui ato anterior de Autorização para a oferta da Educação Básica da Educação Infantil através da Resolução 332/02-CEE/MT, vencidos em 31/12/2005 e ato anterior de Autorização para a oferta da Etapa do Ensino Fundamental através da Resolução 096/99-CEE/MT, vencido em 31/12/2002 e prorrogado por ato da Resolução 384/04-CEE/MT até 24/04/2006. Criada pela Lei Municipal nº 508/99 e denominada de Escola Pública de Ensino Fundamental Jorge Carlos Ferreira e através da Lei nº 1.137/09, de 07/04/2009 altera a denominação, passando a ser denominada de Escola Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira. Nos autos do processo consta toda a documentação necessária de acordo com as orientações da Legislação em vigor para os fins a que se propõe. Apresenta o Relatório de Verificação “in loco” elaborado pela Assessora Pedagógica Alice Marlene Faccio Santos que descreve sobre as condições estruturais da unidade escolar com vistas a oferta do pleito solicitado a qual se posiciona com parecer favorável as solicitações da requerente atestando a veracidade das informações constantes no processo em pauta.

Observa-se nos autos do processo em pauta atas de resultados finais, matrizes curriculares e os calendários letivos referente ao período 2006 a 2009. Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Proposta Pedagógica e outros documentos pertinentes ao pleito solicitado, todos de acordo com a legislação em vigor. De acordo com as informações constantes no processo em pauta a Unidade Escolar atende atualmente apenas a Etapa – Ensino Fundamental na modalidade Educação do Campo.

## II – VOTO

Diante das informações oferecidas pela requerente e as contidas no Relatório de Verificação “in loco” da Assessora Pedagógica Alice Marlene Faccio Santos datado de 01/02/2010 da Assessoria Pedagógica de Nova Mutum/MT somos de parecer favorável ao Credenciamento do Estabelecimento de Ensino para a oferta da Educação Básica como prescreve o parágrafo único do art. 31 da Resolução 630/08-CEE/MT, a partir de 01/01/2010.

**AUTORIZAÇÃO CEB Nº 185/2010-CEE/MT**

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, considerando o que dispõe a Resolução Nº 630/2008-CEE/MT, e tendo em vista o que consta do Processo nº 781538/09-CEE/MT, e do Parecer CEB Nº 199/2010-CEE/MT, aprovado em 12 de abril de 2009, resolve **RENOVAR AUTORIZAÇÃO**, Etapa Ensino Fundamental, da Educação Básica, por 05 (cinco) anos, de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2014, da **Escola Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira**, localizada no PA Pontal do Marape, município de Nova Mutum, mantida pelo Município e **CONVALIDAR** os Estudos realizados pelos alunos matriculados no referido curso no período de 25.04.2006 a 31.12.2009.

Conselho Estadual de Educação, em Cuiabá, 20 de abril de 2010.

  
**GERALDO GROSSI JÚNIOR**  
Presidente

*D. Oficial 20/04/2010  
pág. 34*

**CREDENCIAMENTO CEB Nº 099/2010-CEE/MT**

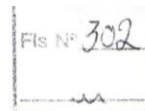
O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, considerando o que dispõe a Resolução Nº 630/2008-CEE/MT, e tendo em vista o que consta do Processo Nº 656123/09-CEE/MT, e do Parecer CEB Nº 199/2010-CEE/MT, aprovado em 12 de abril de 2010, resolve **CREDENCIAR** para ministrar a Educação Básica, a partir de 01 de janeiro de 2009, a **Escola Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira**, localizada no PA Pontal do Marape, município de Nova Mutum, mantida pelo Município, devendo as etapas e ou modalidade de ensino da Educação Básica, estarem devidamente autorizadas por este Conselho, nos termos da Resolução Nº 630/2008-CEE/MT.

Conselho Estadual de Educação, em Cuiabá, 20 de abril de 2010

**GERALDO GROSSI JÚNIOR**  
Presidente

*D. Oficial 22/04/2010*  
*pág. 24*





- Renovação da Autorização para a oferta da Educação Básica Etapa Ensino Fundamental na modalidade Educação do Campo a partir de 01.01.2010 à 31.12.2014 – Convalidação dos estudos praticados pelos alunos do Ensino Fundamental nos anos letivos de 2006 a 2009. Escola Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira/MT.

"O primeiro dever do ser humano é dominar o medo".

Carlyle

  
**Consª Maria Aparecida Lourenço**  
Relatora

### III – DECISÃO DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

A Câmara de Educação Básica do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso acompanha o voto da Relatora.

Cuiabá, 12 de abril de 2010.

  
**Consª Nagila Ednamar Vieira Zambonato**  
Presidente da CEB/CEE/MT